



Caderno **ASG**  
2024

## Apresentação

### 1 Perfil e governança

- 4 Estratégia fiscal
- 9 Casos de mitigação de risco social, ambiental e climático
- 12 Temas emergentes
- 15 Engajamento de clientes para uma vida mais sustentável
- 18 A atividade de Relações Institucionais e Governamentais (RIG)
- 30 Contribuições a associações
- 31 Materialidade

### 2 Ambiental

- 32 Ecoeficiência
- 36 Estratégia de Conservação Ambiental

### 3 Social

- 39 Gestão de pessoas no Banco do Brasil
- 52 Saúde, segurança e bem-estar
- 56 Inclusão financeira
- 61 Direitos Humanos

#### Navegação e acessibilidade

 Sumários interativos



Acessibilidade da leitura por meio da ferramenta "Ler em voz alta" do Adobe Acrobat.

 Sumário interativo





# Apresentação

O Banco do Brasil apresenta a terceira edição do Caderno ASG, uma publicação que integra a estratégia de transparência e prestação de contas da instituição junto aos seus públicos de interesse.

Complementar ao Relatório Anual, o Caderno ASG aprofunda temas relevantes nas áreas ambiental, social e de governança, reunindo artigos, práticas de gestão e indicadores de desempenho que evidenciam os avanços do Banco em sustentabilidade.

Organizado em três capítulos — Governança, Ambiental e Social —, o conteúdo destaca aspectos estratégicos da atuação do BB, como gestão de riscos, ecoeficiência, diversidade e valorização das pessoas, entre outros tópicos prioritários.

O Caderno ASG é uma publicação dinâmica, com possibilidade de atualizações ao longo do ano, refletindo o aprimoramento contínuo das práticas de gestão e a divulgação de novos resultados relacionados à agenda ASG.

**Boa leitura!**





# Perfil e governança

- 4 Estratégia fiscal
- 9 Casos de mitigação de risco social, ambiental e climático
- 12 Temas emergentes
- 15 Engajamento de clientes para uma vida mais sustentável
- 18 A atividade de Relações Institucionais e Governamentais (RIG)
- 30 Contribuições a associações
- 31 Materialidade

## Estratégia fiscal

### Objetivo

A estratégia fiscal do Banco do Brasil mantém o compromisso em cumprir não apenas a letra, mas também o espírito das leis e regulamentos tributários nos países em que operamos, garantindo uma atuação ética, transparente e alinhada às melhores práticas de governança corporativa internacional. Nesse sentido, contamos com uma gestão eficiente da tributação, com diretrizes claras sobre as competências, funções e responsabilidades relacionadas aos tributos, incluindo impostos, contribuições, taxas e demais encargos fiscais.

Essa estratégia é incorporada a diversas iniciativas da Organização, abrangendo planos de negócios, projetos de estruturação societária, investimentos internacionais, aquisições, parcerias e o desenvolvimento de produtos e serviços bancários e financeiros. A gestão tributária está alinhada aos objetivos estratégicos da instituição, permitindo a tomada de decisões seguras e alinhadas às melhores práticas de mercado.

### Conformidade

A regularidade no pagamento dos tributos, em valores exatos e prazos adequados, é um dos pilares da nossa estratégia fiscal. O cumprimento tempestivo das obrigações fiscais contribui para a mitigação de riscos, evitando penalidades e impactos negativos ao negócio. Esse compromisso é viabilizado por meio do acompanhamento contínuo das atualizações legislativas e da aplicação de processos de controle fiscal eficientes e automatizados.

Além disso, são adotadas soluções legais para otimizar a carga tributária dentro dos limites estabelecidos pela legislação, garantindo equilíbrio entre eficiência operacional e responsabilidade fiscal. Dessa forma, buscamos não apenas atender às exigências regulatórias, mas também promover um ambiente de negócios sustentável e alinhado às expectativas de nossos *stakeholders*.

**Esse compromisso é viabilizado por meio do acompanhamento contínuo das atualizações legislativas e da aplicação de processos de controle fiscal eficientes e automatizados.**



## Garantias

A governança fiscal do Banco do Brasil é pautada pela transparência e pela adoção de práticas responsáveis no relacionamento com as autoridades fiscais. A Instituição mantém um canal de diálogo aberto e colaborativo com os órgãos reguladores, assegurando clareza e segurança nas suas operações.

A administração da governança tributária é conduzida por instâncias responsáveis pela formulação de diretrizes, monitoramento de riscos e controle de conformidade, garantindo que a atuação fiscal esteja alinhada às políticas internas e às expectativas do mercado. Isso também assegura que nossas práticas fiscais contribuam para a perenidade e o crescimento sustentável do Banco.

## Governança fiscal

A governança fiscal do Banco do Brasil é conduzida com rigor e transparência, assegurando a conformidade com a legislação aplicável em todas as localidades onde atuamos. A aprovação da Escrituração Contábil Fiscal (ECF) é de responsabilidade da Presidente do Banco, em conformidade com os normativos

internos vigentes. A Diretoria Contadoria, por meio de seu Comitê de Administração, é encarregada de validar as bases de apuração tributária, abrangendo os tributos devidos pelo Banco e suas subsidiárias integrais no país.

Para garantir o cumprimento das diretrizes fiscais, são implementadas ações técnicas contínuas, lideradas pela Gerência de Gestão e Planejamento Tributário. Essa estrutura é responsável por coordenar o planejamento fiscal, gerir riscos e assegurar a conformidade dos processos, além de administrar as obrigações tributárias, sempre em alinhamento com os objetivos estratégicos da Instituição.

Emitimos pareceres técnicos, conduzimos estudos tributários e elaboramos notas técnicas e instruções normativas, submetendo essas informações à análise dos Comitês Executivos Estratégicos e do Conselho Diretor. Já os processos decisórios são respaldados por mecanismos normativos internos que detalham os procedimentos operacionais necessários para garantir a aderência às exigências legais e regulatórias, tanto em âmbito nacional quanto internacional.

## Operações no exterior

As operações internacionais do Banco do Brasil são conduzidas em conformidade com os padrões fiscais globais, como os estabelecidos pelo Plano Base Erosion and Profit Shifting (Beps). Regularmente, prestamos informações às administrações tributárias de países signatários de acordos internacionais, reforçando nosso compromisso com a transparência e a integridade nas operações transnacionais.

A troca de informações entre jurisdições é uma prática essencial para assegurar a conformidade com as regras de preços de transferência (*transfer pricing*), garantindo que as operações entre empresas do grupo sejam realizadas dentro do princípio da independência das partes (princípio do *arm's length*). Essa prática possibilita monitorar a distribuição de receitas, a tributação incidente em diferentes localidades e as atividades econômicas realizadas por cada entidade do grupo.

Nosso compromisso inclui a observância rigorosa das regras de tributação aplicáveis, evitando a transferência de lucros para jurisdições de baixa tributação e garantindo que as receitas geradas em países com

**Emitimos pareceres técnicos, conduzimos estudos tributários e elaboramos notas técnicas e instruções normativas.**

regimes fiscais favorecidos sejam devidamente tributadas no Brasil, respeitando o Regime de Tributação em Bases Universais (RTBU). As operações realizadas nestes países estão sujeitas ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), assegurando a correta aplicação da legislação tributária.

A cooperação internacional e a transparência na divulgação de informações fiscais são princípios fundamentais para o cumprimento dos tratados e acordos firmados pelo Banco do Brasil. No entanto, a Instituição adota medidas rigorosas para garantir a proteção e a confidencialidade dos dados compartilhados, assegurando a integridade das operações e o respeito às legislações aplicáveis.



# Demonstrações

O Banco do Brasil adota uma abordagem transparente e sistemática na divulgação de informações fiscais, em conformidade com a legislação aplicável. As demonstrações contábeis e análises financeiras apresentam, de forma consolidada, dados sobre despesas tributárias, ativos e passivos fiscais, principais litígios tributários provisionados e as alíquotas relevantes incidentes sobre as operações e resultados da Instituição.

Com o mesmo rigor e controle, disponibilizamos relatórios detalhados que abrangem os resultados consolidados das unidades no exterior, evidenciando as despesas com tributos em cada localidade em que operamos. Essas informações são estruturadas de forma a oferecer uma visão abrangente do impacto fiscal das operações globais do Banco, contribuindo para a gestão eficiente e o planejamento tributário estratégico.

Desde 2017, apresentamos a declaração *Country-by-Country*, iniciativa que promove a transparência ao disponibilizar informações sobre a distribuição de receitas, lucros e tributos pagos em cada jurisdição, consolidando o alinhamento às diretrizes globais de governança fiscal e aprimorando o monitoramento e a conformidade com os regulamentos vigentes.

	2022				2023				2024			
	Receita total	LAIR	Imposto pago	Imposto provisionado	Receita total	LAIR	Imposto pago	Imposto provisionado	Receita total	LAIR	Imposto pago	Imposto provisionado
Brasil	266.302.431	38.254.048	5.762.346	4.400.251	263.786.774	39.868.747	5.326.458	4.261.937	290.816.921	17.515.747	9.344.928	7.559.526
Alemanha	(16.764)	(103.639)	13.942	11.908	114.097	37.265	10.199	15.623	295.805	155.196	6.929	24.047
Argentina	10.217.128	408.150	8.421	138.026	11.063.679	450.672	55.208	485.710	12.145.339	3.841.628	598.741	71.265
Áustria	4.109.620	(200.816)	-	-	4.831.136	(200.270)	-	-	2.065.254	133.659	25	-
Bolívia	(9.014)	(42.693)	115	-	(6.478)	(10.410)	-	-	21.999	13.748	-	-
Chile	(18.066)	(19.980)	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-
China	50.025	5.494	-	2.706	49.137	(6.236)	1.688	1.440	156.679	90.798	535	2.659
EUA	1.279.127	325.406	14.656	27.170	3.244.150	408.222	20.236	30.852	5.194.996	1.158.239	12.099	29.454
França	57.984	(30.239)	4.843	100	83.537	(86.541)	1.086	6	5.198	4.395	-	-
Ilhas Cayman	5.257.623	358.093	-	35	6.120.763	283.697	-	32	10.750.633	4.635.600	-	41
Inglaterra	1.265.438	(435.660)	71	14.661	1.973.199	431.928	53.434	57.716	5.260.712	(127.170)	6.483	2.465
Irlanda	(80)	(834)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Itália	-	-	39	-	-	-	15	-	-	-	-	-
Japão	227.108	(42.732)	31.676	29.446	493.855	(26.976)	49.312	34.728	881.070	237.420	67.037	59.517
Paraguai	19.667	(7.170)	377	1.054	43.092	(260)	1.225	876	70.506	36.747	641	1.627
Portugal	18.807	(10.902)	-	114	34.253	(2.647)	799	112	61.592	14.582	94	179
Singapura	(2.908)	(2.965)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total por país</b>	<b>288.758.126</b>	<b>38.453.561</b>	<b>5.836.491</b>	<b>4.625.471</b>	<b>321.831.194</b>	<b>41.147.191</b>	<b>5.519.660</b>	<b>4.889.032</b>	<b>327.726.704</b>	<b>27.710.589</b>	<b>10.037.512</b>	<b>7.750.780</b>
<b>Eliminação</b>	<b>(8.767.455)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(11.447.047)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(5.237.404)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Consolidado IFRS</b>	<b>279.990.671</b>	<b>38.453.561</b>	<b>5.836.491</b>	<b>4.625.471</b>	<b>310.384.147</b>	<b>41.147.191</b>	<b>5.519.660</b>	<b>4.889.032</b>	<b>322.489.300</b>	<b>27.710.589</b>	<b>10.037.512</b>	<b>7.750.780</b>



## Juridicidade e transparência

Nossa gestão fiscal vai além do cumprimento das exigências legais. Consideramos não apenas os termos da lei, mas também seu entendimento jurisprudencial e doutrinário, garantindo uma atuação transparente e alinhada às melhores práticas.

Todas as transações que envolvem aspectos fiscais são conduzidas de forma a evidenciar os resultados comerciais e seus impactos tributários, sem que esses impactos sejam o fator determinante para a viabilidade dos negócios. Dessa forma, asseguramos uma abordagem equilibrada, responsável e em conformidade com os princípios de governança e integridade.

## Riscos fiscais

Nossa estratégia fiscal considera os riscos inerentes às suas operações, abrangendo impactos financeiros, reputacionais e estratégicos. Para mitigar esses riscos, contamos com estruturas especializadas que atuam na identificação, análise e mitigação de potenciais exposições fiscais. Os principais riscos fiscais estão relacionados a:

- Interpretações equivocadas ou insuficientes da legislação tributária, abrangendo isenções, alíquotas, regimes especiais, créditos, incentivos e benefícios fiscais;
- Descumprimento de normas referentes ao pagamento, retenção e recolhimento de tributos e demais obrigações acessórias;
- Questionamentos por parte das autoridades fiscais quanto à estruturação tributária adotada em novos negócios ou investimentos;
- Atrasos na implementação de medidas corretivas para assegurar a conformidade e regularidade fiscal;
- Divergências na aceitação, por parte do Fisco, das informações e documentos fornecidos em processos de fiscalização e autuações.

## Ações mitigadoras de riscos fiscais

A efetividade de nossa estratégia fiscal é garantida por meio da atuação coordenada de estruturas técnicas (Diretoria Contadoria) e jurídicas (Diretoria Jurídica), focadas em:

- **Gestão proativa de riscos tributários**, assegurando a identificação antecipada de possíveis contingências e a implementação de práticas eficazes para manter altos níveis de conformidade e regularidade fiscal. As rotinas padronizadas de apuração, pagamento e retenção de tributos são continuamente aprimoradas para minimizar perdas e garantir eficiência operacional.
- **Acompanhamento contínuo da eficácia das medidas adotadas**, permitindo ajustes e aprimoramento dos processos e sistemas de gestão tributária para reduzir riscos e otimizar os controles internos.
- **Suporte à tomada de decisão estratégica**, fornecendo informações fundamentadas para a definição de ações mitigadoras e de *compliance* tributário.
- **Monitoramento do ambiente regulatório**, identificando e analisando mudanças legislativas e normativas com potencial impacto nas operações do Banco.



- **Gestão de fiscalizações e autuações**, com análise detalhada de Mandados de Procedimentos de Fiscalização (MPF), Termos de Verificação Fiscal (TVF), Relatórios Fiscais e Autos de Infração, garantindo respostas tempestivas e adequadas às exigências dos órgãos reguladores.
- **Relacionamento institucional com órgãos fiscais**, como a Receita Federal do Brasil (RFB) e demais entidades tributárias, para prevenir litígios e buscar soluções que atendam aos interesses institucionais.
- **Assessoria estratégica para áreas de negócios**, oferecendo suporte técnico para estruturações societárias e novos investimentos, orientando sobre a correta aplicação de isenções, alíquotas, regimes especiais e demais incentivos fiscais disponíveis.
- **Defesa dos interesses da instituição**, por meio da adoção de medidas administrativas e judiciais para garantir a correta aplicação das normas tributárias e proteger os direitos do Banco.
- **Aperfeiçoamento dos processos de apuração e recolhimento de tributos**, assegurando que as obrigações fiscais sejam cumpridas de forma precisa e pontual, alinhadas às melhores práticas de eficiência tributária.

A Estratégia Fiscal do Banco do Brasil para o período 2023/2024 foi aprovada pelo Conselho de Administração em 07.12.2023, o que ratifica o comprometimento da alta administração do BB com as melhores práticas ASG (Ambiental, Social e Governança).





# Casos de mitigação de risco social, ambiental e climático

Conduzimos nossas operações com base em princípios de ética e transparência, assegurando que nossas práticas financeiras estejam alinhadas às responsabilidades social, ambiental e climática. Nosso compromisso com a sustentabilidade se reflete na adoção de políticas rigorosas de concessão de crédito, que incorporam critérios socioambientais para mitigar riscos e promover o desenvolvimento sustentável. Somos signatários de iniciativas e pactos internacionais como o Pacto Global, os Princípios do Equador, os Princípios para o Investimento Responsável (PRI), o GHG Protocol, a TCFD e o Business Ambition for 1.5°C.

Para garantir a conformidade, exigimos que os tomadores de crédito apresentem documentação que comprove a regularidade ambiental, como licenças, relatórios de impacto e outorgas d'água, sempre que necessário. **Também é exigido o Documento de Origem Florestal, quando aplicável, como comprovação da origem da produção vegetal ou animal.** Adotamos critérios restritivos, impedindo a concessão de crédito para imóveis rurais localizados no Bioma Amazônia, caso estejam em áreas embargadas por desmatamento ou queimadas irregulares. Além

disso, não assumimos riscos com clientes envolvidos em práticas ilegais, como trabalho análogo à escravidão, exploração infantil ou danos ambientais dolosos e são vedadas operações com clientes que pratiquem discriminação de raça e gênero.

Nosso processo de análise de garantias imobiliárias inclui a verificação técnica de possíveis restrições, como a localização em sítios arqueológicos, áreas protegidas ou regiões classificadas como contaminadas. Aceitamos apenas imóveis reabilitados para uso declarado, assegurando que estejam em conformidade com as normas vigentes. Caso sejam identificadas irregularidades, nos reservamos o direito de suspender o repasse de recursos ou antecipar o vencimento das operações.

Também utilizamos ferramentas especializadas na identificação e mitigação de riscos socioambientais, como o Questionário de Avaliação dos Níveis de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (RSAC). Essa ferramenta nos permite analisar as práticas dos clientes com maior potencial de risco, considerando seu porte e setor de atuação. Projetos com financiamento a partir de R\$ 10 milhões são submetidos a uma análise detalhada, que pode incluir visitas técnicas para verificar as condições socioambientais de forma presencial.



## Princípios do Equador

Nos projetos enquadrados nos **Princípios do Equador**, seguimos um processo estruturado de análise, categorização e monitoramento, contando com o apoio de consultorias independentes (Finanças Sustentáveis, Grupo Energia Consult e Limiar Ambiental) para garantir a conformidade com os padrões internacionais da International Finance Corporation (IFC) e do Banco Mundial. Avaliamos continuamente os impactos sociais e ambientais, assegurando que sejam gerenciáveis e mitigados por meio de medidas apropriadas.

Em 2024, foram contratados seis financiamentos sob a ótica dos Princípios do Equador, todos voltados à geração de energia elétrica. Para esses projetos, exigimos a constituição de Sistema de Gestão Social e Ambiental e a contratação de consultoria independente para avaliar e monitorar sua conformidade com as legislações aplicáveis e padrões da IFC e Banco Mundial.

A consultoria especializada emitiu relatórios periódicos, concluindo que os impactos ambientais e sociais dos empreendimentos são limitados, reversíveis e controláveis por meio de medidas mitigatórias. Caso sejam identificadas não conformidades, o Banco pode suspender a liberação dos recursos ou antecipar o vencimento do financiamento.

## Casos de mitigação de riscos social, ambiental e climático – Princípios do Equador

Em 2024, foram conduzidas ações específicas de mitigação de riscos em empreendimentos enquadrados nos Princípios do Equador, com base nas recomendações de consultorias independentes contratadas para avaliação e monitoramento dos projetos. As medidas adotadas pelas empresas envolvidas demonstram o comprometimento com a gestão de impactos e com o atendimento aos padrões internacionais estabelecidos pela International Finance Corporation (IFC) e pelo Banco Mundial. A seguir, destacamos cinco casos representativos:

### Projeto de expansão de indústria de papel e celulose

A consultoria recomendou a adoção de medidas regulatórias de segurança, como a instalação de chuveiros de emergência e lava-olhos em áreas de manipulação de produtos químicos, além da regularização dos laudos do sistema de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA). Executamos as ações corretivas necessárias, apresentamos as evidências de conformidade e assumimos o compromisso com a melhoria contínua das condições de segurança e saúde ocupacional.

### Projeto de usina fotovoltaica

Foram indicadas a criação de um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) e a inclusão das comunidades quilombolas no Plano

de Comunicação Social. Em resposta, contratamos empresa especializada para a estruturação do SGA e promovemos ação específica de comunicação junto à comunidade quilombola, reforçando o compromisso com o diálogo e o respeito aos direitos das populações tradicionais.

### Projeto de usina hidrelétrica

Após inspeções e recomendações da consultoria independente, implementamos melhorias nas práticas de segurança, incluindo a realização de Análises Preliminares de Risco (APR), simulados de emergência e ações preventivas ambientais. Adicionalmente, elaboramos e implantamos um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) e estruturou uma Central de Tratamento e Destinação Final de Resíduos (CTDFR), com convênios e fornecedores contratados para o manuseio e destinação adequada de resíduos recicláveis e perigosos.

### Projeto de usina eólica

Atendemos às orientações da consultoria, reforçando ações de prevenção e controle de acidentes, incluindo a comprovação da existência do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), o uso adequado de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), a disponibilização de kits de emergência ambiental e a realização de

treinamentos periódicos sobre segurança e saúde. Implementamos, também, um Plano de Controle e Monitoramento de Ruídos, que atestou a conformidade das emissões com os limites legais, sem gerar desconfortos à comunidade ou aos trabalhadores.

### Projeto de usina termoeétrica a gás

Implantamos medidas voltadas à saúde e segurança das comunidades do entorno, como campanhas de conscientização socioambiental, monitoramento da contratação de mão de obra e fornecedores locais e estabelecimento de programa de comunicação e responsabilidade social. Entre as iniciativas, destacamos a emissão de relatórios mensais e a disponibilização de canal de ouvidoria para interação com as comunidades. As ações resultaram em benefícios como geração de empregos, qualificação profissional e fortalecimento da comunicação e da transparência.

Esses casos evidenciam a efetividade do processo de diligência e monitoramento socioambiental conduzido com base nos Princípios do Equador, contribuindo para a redução de riscos e para a promoção de boas práticas nos empreendimentos financiados.



## Crédito suspenso ou vedado

Temos diretrizes rigorosas que determinam a suspensão ou vedação de crédito para clientes e projetos que apresentem riscos sociais, ambientais ou climáticos inaceitáveis. Exemplos de operações que foram negadas em 2024 incluem:

- Produtor rural envolvido em trabalho análogo à escravidão, identificado no cadastro do Ministério do Trabalho e Emprego.
- Projeto de mineradora de calcário, rejeitado devido à ausência de práticas ambientais aderentes às exigências legais brasileiras.
- Empresa de engenharia e construção, impedida de obter crédito por envolvimento em dano ambiental, conforme denúncia do Ministério Público Federal.

## Estudos estratégicos

Monitoramos continuamente os riscos emergentes que podem impactar nossos negócios, como eventos climáticos extremos e mudanças nos padrões regulatórios. Diante da ocorrência dos fenômenos El Niño e La Niña, elaboramos estudos específicos para identificar seus potenciais impactos sobre as principais atividades e regiões do país. Esses estudos permitem acompanhar a evolução dos cenários climáticos e suas implicações, possibilitando uma resposta mais ágil e eficaz diante de eventuais adversidades.

Para fortalecer nosso processo de Gestão do Risco Climático, de forma a mitigar o risco e promover melhores insumos para a tomada de decisão, desenvolvemos cenários de mudanças climáticas abrangentes, aplicados na visão de macrossetores econômicos. Esses cenários são baseados em modelos do IPCC, para o risco climático físico, e do NGFS, para o risco climático de transição, e foram adaptados para a realidade brasileira.

Nosso objetivo é prever potenciais impactos da mudança do clima na agropecuária e em outros setores econômicos relevantes para os negócios do BB, fornecendo melhores insumos para a tomada de decisão e mitigando riscos climáticos de forma estruturada. As diretrizes de sustentabilidade para o crédito também contemplam a recomendação de cláusulas contratuais específicas e medidas corretivas em casos de não conformidade identificada ao longo do ciclo de crédito.

**Para fortalecer nosso processo de Gestão do Risco Climático, desenvolvemos cenários de mudanças climáticas abrangentes.**





# Temas emergentes

Os riscos emergentes são definidos como a possibilidade de ocorrências de eventos cujas informações ainda não são completamente compreendidas, mas que podem ter um impacto significativo nos resultados do Banco no futuro. Esses riscos podem tornar-se relevantes caso seu impacto potencial seja ampliado e afetem os objetivos estratégicos da Empresa, o que requer a adoção de processos de gestão específicos.

Nesse contexto, contamos com processo de identificação dos riscos relevantes, políticas de riscos, normas, procedimentos, estrutura, governança, infraestrutura de Tecnologia da Informação (TI) e processos de gerenciamento de riscos e de capital que proporcionam a segurança necessária ao desenvolvimento dos nossos negócios.

A gestão dos riscos do Banco é realizada a partir das atividades desenvolvidas com o objetivo de identificar, mensurar, avaliar, controlar, monitorar, reportar, e mitigar os riscos, além de garantir o aprimoramento contínuo da gestão.

Em 2024, foram implementadas melhorias na identificação e definição da relevância dos riscos, como ajustes nos insumos da

metodologia que resultaram em alterações nos fatores de riscos avaliados e na Taxonomia Corporativa de Riscos.

No contexto dos temas emergentes, os fatores que podem gerar ou aumentar a exposição aos riscos são abordados qualitativamente. Isso inclui considerar os riscos que podem impactar o atingimento dos objetivos constantes da Estratégia Corporativa, riscos inerentes às atividades das Entidades Ligadas ao Banco do Brasil, fatores de risco mais relevantes que podem impactar os negócios e os resultados das operações do Banco, diretrizes regulatórias no Brasil e exterior, preocupações da indústria bancária e *benchmark* de instituições financeiras do Brasil e do exterior.

Tais informações são traduzidas em fatores de risco e avaliadas em relação à sua possível materialização, dentro do escopo dos riscos relevantes do Banco. Para isso, são aplicados pesos diferenciados definidos em função da viabilidade de gestão, que podem variar conforme sua complexidade.

O resultado da exposição geral dos riscos em relação aos fatores avaliados é classificado em uma escala de criticidade, utilizada para definir e priorizar os temas relevantes aos quais o Banco está exposto.



## Riscos geopolíticos e desglobalização

O aprofundamento das tensões entre nações vem ampliando a gama de riscos com que as organizações se deparam, gerando cenários de incertezas políticas e econômicas, devido à falta de entendimento entre as partes. A perspectiva de um cenário global de fragmentação tem se formado, podendo atingir desde acordos para ações humanitárias, até estratégias de comércio entre países. Também geram consequências a curto prazo como o aumento do preço do petróleo, do gás e dos alimentos. Os produtores têm dificuldade de produzir, o que faz o preço global dos alimentos subir e impactar o orçamento das famílias.

Apesar de conflitos terem existido ao longo de toda a história, o atual cenário de “desglobalização” e retração das interações econômicas, políticas e culturais entre países, parece uma tendência mesmo entre os que não estão em guerra, acarretando possíveis boicotes, protecionismo, imposição de barreiras tarifárias, fins de acordos comerciais, disputas territoriais e por recursos, que ameaçam uma desconexão geral dos mercados, aumento generalizado de preços e a escassez de produtos.

Um cenário de polarização extrema pode afetar inclusive a tecnologia e seu uso. Em

um mundo cada vez mais dependente da inteligência artificial, a falta de interação entre populações pode aumentar a probabilidade de vieses transmitidos aos modelos e dificultar a verificação da veracidade de informações geradas, facilitando a propagação de desinformação e prática de ciber terrorismo, através da distorção de fatos e promoção de narrativas de acordo com interesses específicos de governos, grupos auto-organizados ou empresas privadas.

O crescente afastamento entre os países poderia contribuir também para a queda na credibilidade e confiança em organismos de cooperação internacional, causando retrocessos nos movimentos por convergências regulatórias, o que dificultaria ainda mais a interação entre governos, impedindo, por exemplo, o compartilhamento e facilitação de acesso a novas tecnologias e incentivos a economias sustentáveis.

As relações comerciais deixariam de ser puramente econômicas, focadas na busca por produtos e insumos mais baratos, e passariam a se concentrar em demonstrações de poder, imposição de ideias unilaterais e interesses cada vez mais específicos de cada nação.

Os riscos geopolíticos de polarização e desglobalização podem comprometer os negócios nacionais e internacionais do Banco do Brasil, como:

- Variação de preços das exportações e importações;
- Volatilidade nos ativos financeiros associada às taxas de câmbio e mercado de ações;
- Aumento nas taxas de juros e tarifas internas e externas; e
- Encarecimento dos produtos e serviços bancários.

Indiretamente, podem afetar públicos que atuam com comércio internacional por meio do BB, além do possível surgimento de crises sociais e humanitárias que gerem desemprego em massa e queda brusca na capacidade de pagamento de nossos clientes, causando a deterioração das nossas carteiras de crédito.

O Banco do Brasil realiza estudos e promove debates para abordar os panoramas macroeconômicos e os desafios a curto, médio e longo prazos. Dentre os temas que são insumos para as discussões, são abordados

os panoramas do cenário internacional e doméstico. Essa dinâmica auxilia o Banco a construir a sua estratégia, processos de gestão de riscos e tomada de decisões.

Os riscos são identificados e monitorados quanto à sua exposição, além de avaliados seus impactos em relação aos demais riscos já declarados como relevantes para o Banco. A análise de cenários, como os baseados em oscilações na inflação e taxas de juros, auxilia na definição da estratégia e apetite a riscos.



## Risco da concorrência relativa a novos arranjos financeiros

A rápida ascensão e evolução de tecnologias tem impulsionado a criação de novos e diferentes arranjos financeiros, apresentando grandes ameaças aos sistemas tradicionais.

Plataformas que oferecem ao mesmo tempo praticidade e segurança, como as de Finanças Centralizadas e Descentralizadas (CeDeFi) ou mesmo modelos de gestão financeira automatizados e inteligentes, como os de Finanças Autônomas, que tomam decisões de investimento e orçamento praticamente sem intervenção humana, poderão ser responsáveis pela redução na demanda tanto por produtos tradicionalmente bancários quanto por serviços de assessoria neste ramo.

Nosso desafio será competir ou apresentar alternativas que sejam atrativas ao consumidor, oferecendo soluções seguras, práticas, inovadoras e a preço justo, garantindo que nossos produtos atendam às expectativas dos clientes em um ambiente financeiro cada vez mais dinâmico e digital.

O BB monitora essas tendências, analisando o surgimento de novos modelos de

negócios e tecnologias, como forma de se antecipar aos seus potenciais impactos dentro do conglomerado, contando com equipes de diversas áreas relacionadas ao tema, para entender e acompanhar seu desenvolvimento e adequar tempestivamente seus processos e planejamentos.

Tais inovações são observadas dentro do BB, através da ferramenta Radar de Tendências Tecnológicas (RTT), que mapeia as principais novidades da tecnologia, para os próximos anos, tornando possível a identificação de seus riscos e oportunidades.

Através de estratégias de transformação, intensificamos nossos investimentos em novas tecnologias, permitindo a criação de soluções e oportunidades apropriadas para cada um de nossos clientes, desde os mais antigos aos recém conquistados, bem como otimizamos nossos processos de tomada de decisão, garantindo maior assertividade e agilidade em acompanhar a evolução do sistema financeiro e do mercado bancário.

## Riscos de manipulação de identidade digital

A *Deep Fake* é uma técnica de manipulação de mídia que utiliza inteligência artificial para criar conteúdos que podem parecer autênticos. Assim, são gerados artificialmente áudios, imagens e vídeos falsos que podem ser usados para manipular a identidade de indivíduos sem o consentimento deles. Pessoas mal intencionadas podem criar notícias falsas, gerar desinformação, manipulação de opinião pública, pornografia não consensual, golpes de *phishing*, entre outros tipos de fraude, criando sérias preocupações em relação à privacidade e à confiança na era digital.

Os bancos podem ser impactados por fraudes de identidade, nas quais *Deep Fakes* são utilizadas para criar conteúdo falso, como vídeos ou áudios, que imitam clientes reais, manipulando sistemas de verificação de identidade e permitindo que fraudadores acessem sistemas bancários ou manipulem transações fraudulentas.

Há também ataques de engenharia social, nos quais *Deep Fakes* são usados para realizar ataques de *phishing* sofisticados. Os fraudadores criam vídeos ou áudios falsos de executivos de bancos, solicitando aos funcionários para compartilhar informações sensíveis ou realizar operações indevidas.

Informações falsas sobre a estabilidade de um Banco ou de seus executivos, criadas por *Deep*

*Fake*, podem abalar a confiança dos clientes e investidores, afetando negativamente os preços das ações, a reputação da instituição e manipulando os mercados financeiros.

O uso de *Deep Fake* pode gerar complicações legais e regulatórias, exigindo que os bancos invistam mais em tecnologia e adaptem suas políticas e normas para proteger clientes, funcionários, colaboradores e fornecedores, promovendo a integridade do sistema financeiro.

A *Deep Fake Defense* é um conjunto de estratégias, tecnologias e medidas utilizadas para detectar, prevenir e mitigar a disseminação dessas falsificações. Algumas técnicas são: marcas d'água digitais, autenticação de mídia, conscientização pública, tecnologias anti-*Deep Fake* e sistemas de detecção de *Deep Fake*. A defesa contra essa ameaça é um campo em constante evolução, à medida que os *Deep Fakes* se tornam mais sofisticados e difíceis de detectar. Portanto, a pesquisa e o desenvolvimento contínuos são necessários para enfrentar esse desafio.

A adoção de medidas de proteção contra o *Deep Fake* faz parte do rol das tendências tecnológicas acompanhadas pelo BB.



# Engajamento de clientes para uma vida mais sustentável

Direcionamos, no Banco do Brasil, nossas ações para atender às demandas da sociedade, alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e ao Acordo de Paris, por meio do Plano de Sustentabilidade - Agenda 30 BB e dos Compromissos BB para um Mundo + Sustentável. Esses compromissos estão estruturados em quatro eixos principais: Crédito Sustentável, Investimento Responsável, Gestão ASG e Climática, e Impactos Positivos na Cadeia de Valor.

Nossas Diretrizes de Sustentabilidade para o Crédito buscam incorporar princípios de desenvolvimento sustentável em nossas operações, incentivando clientes a adotarem práticas mais responsáveis. Trabalhamos para apoiá-los na transição para portfólios sustentáveis, direcionando recursos para empresas que geram impactos sociais e ambientais positivos, além de fomentar a agricultura de baixo carbono, a inclusão financeira e a diversidade.

Visando engajar os consumidores na transição para energia renovável e para a redução de emissões de GEE, oferecemos produtos como o **BB Crédito**

**Energia Renovável**, para financiamento de sistemas fotovoltaicos e sua instalação para a geração de energia solar residencial, o **BB Crédito Mobilidade**, com condições especiais para a compra de bicicletas, patinetes ou moto elétrica e o **Financiamento de carros híbridos e elétricos** com taxas especiais<sup>1</sup>. Além disso, procuramos engajar nossos clientes na aplicação de recursos em ativos sustentáveis, oferecendo produtos que aliam rentabilidade às melhores práticas ASG. Nossas soluções de investimento sustentável alcançaram R\$ 4,1 bilhões em 2024, enquanto o produto LCA Verde, direcionado exclusivamente para operações de baixo carbono e energia renovável, atingiu R\$ 7,1 bilhões.

Também promovemos a inclusão por meio de produtos como o **BB Crédito Acessibilidade**, que financia a aquisição de tecnologias assistivas, contribuindo para a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência. Para microempreendedores, oferecemos o **Microcrédito Produtivo Orientado (MPO)**, com condições acessíveis e orientação financeira.

<sup>1</sup> Quando comparado ao financiamento de veículos à combustão nas mesmas condições de negócio.

O Banco do Brasil está comprometido com o financiamento de energias renováveis e mobilidade sustentável, por meio de produtos como o **BB Crédito Energia Renovável** e o **BB Crédito Mobilidade**.





Nesse contexto, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) destacou-se como uma importante ferramenta de apoio à agricultura familiar e à inclusão produtiva no campo. Por meio de soluções financeiras personalizadas, o programa fortalece as atividades de mini e pequenos produtores, promovendo práticas sustentáveis, ampliando a competitividade e garantindo maior segurança econômica às famílias rurais. Essa atuação reafirma o compromisso do Banco do Brasil com o desenvolvimento social e econômico das comunidades agrícolas.

Em 2024, demos um passo importante para fortalecer o vínculo com as comunidades da Amazônia Legal ao lançar os Hubs Financeiros de Bioeconomia em Belém (PA) e Manaus (AM). Esses espaços atuam como centros de atendimento “figital”, combinando presença física e soluções digitais para facilitar o acesso a serviços financeiros. A proposta é atender de forma personalizada as necessidades dos agricultores familiares e empreendedores locais, apoiando desde a regularização de documentos até a adaptação dos processos de crédito à realidade da região. O objetivo é claro: promover o desenvolvimento econômico sustentável e gerar oportunidades de trabalho respeitando a diversidade sociocultural da Amazônia.

O engajamento direto com as comunidades é um dos pilares dessa estratégia. Equipes do BB realizam atendimentos *in loco* em áreas ribeirinhas e assentamentos, promovendo o manejo

sustentável de produtos nativos e oferecendo assistência técnica, educação financeira e bancarização. Parcerias com prefeituras, agentes locais e organizações multilaterais ampliam o alcance dessas ações, garantindo que até mesmo as comunidades mais isoladas tenham acesso a orientação financeira e apoio para desenvolver atividades produtivas compatíveis com a floresta.

Em 2024, reforçamos nosso compromisso com os clientes em situação de superendividamento, adotando estratégias integradas que combinam monitoramento contínuo, estímulo ao planejamento financeiro e orientação para o uso consciente do crédito. Além disso, renegociamos dívidas de 2,9 milhões de clientes, superando a meta estabelecida no Compromisso BB 2030 para um Mundo + Sustentável, que previa a renegociação de dívidas de 2,5 milhões de clientes até 2025.

Acreditamos que a educação financeira é essencial para melhorar a qualidade de vida de nossos clientes. Com foco em um atendimento hiper personalizado, disponibilizamos perfis financeiros personalizados, que orientaram mais de 34 milhões de clientes. Em 2024, aprovamos a Política Específica de Educação Financeira, cujo objetivo é estimular clientes e usuários a desenvolverem uma relação saudável com o dinheiro e promover o seu bem-estar financeiro, através da conscientização sobre o hábito de poupar, construção da resiliência financeira e uso responsável do crédito.



**A criação dos Hubs Financeiros de Bioeconomia em Belém e Manaus, reforça o compromisso do Banco do Brasil com o desenvolvimento econômico sustentável e a inclusão financeira na Amazônia Legal.**



Para promover a educação financeira dos consumidores, o BB oferece soluções como o Minhas Finanças e o Blog BB. Até o fim de 2024, mais de 24 milhões de clientes utilizaram o Minhas Finanças, com 7,2 milhões de usuários únicos mensais ativos. Pensando nas novas gerações, desenvolvemos o Meu Cash, versão infantojuvenil do Minhas Finanças, incentivando desde cedo o consumo consciente e o aprendizado sobre finanças. Já o Blog BB, que orienta os clientes sobre controle de gastos e organização do orçamento, recebeu mais de 780 mil usuários.

A Fundação BB apoia projetos de geração de trabalho e renda, em todas as regiões do país, para a inclusão socioproductiva das pessoas em vulnerabilidade. [Veja mais detalhes no tópico “Apoio não financeiro” deste documento.](#)

Como parte do nosso compromisso com a Diversidade, Equidade e Inclusão, o Banco do Brasil desenvolve iniciativas que promovem representatividade e impacto social positivo. Um exemplo é o Cartão Orgulho, que celebra a comunidade LGBTQIA+ com um design exclusivo nas cores da bandeira e direciona parte de sua receita para apoiar ONGs e projetos sociais voltados à promoção dos direitos dessa população. Emitido gratuitamente, o cartão também oferece benefícios como pontuação bônus no programa de recompensas Nivelado, reforçando nosso papel como agente de inclusão financeira.

Além disso, o BB marca presença ativa em eventos de grande relevância para a comunidade, como a Feira

Cultural da Diversidade LGBTQIA+ e a Parada do Orgulho LGBTQIA+ em São Paulo. Nessas ocasiões, promovemos ações como palestras sobre planejamento financeiro, emissão instantânea do Cartão Orgulho e atividades interativas como o “Duelo das Investidas”, que engajaram milhares de pessoas e ampliaram o acesso à educação financeira de forma lúdica e inclusiva.

Para intensificar o apoio ao empreendedorismo feminino, contamos com a estratégia Mulheres no Topo, que tem o objetivo de apoiar as mulheres que desejam empreender ou ampliar seus negócios. O movimento oferece soluções financeiras, de educação empreendedora e de saúde e bem-estar. Entre as diversas ações do programa, foi desenvolvida plataforma exclusiva com conteúdo e benefícios especiais para todas as mulheres.

Com foco no crédito para as mulheres, o BB tem linhas com condições especiais para esse público. O FCO Mulheres Empreendedoras e a linha de Giro Mulher Empreendedora. Em 2024, essas iniciativas resultaram em desembolsos que superaram R\$ 1,5 bilhão, demonstrando o impacto positivo das soluções financeiras voltadas ao público feminino.

Em 2024, o Programa Primeira Exportação lançou a edição Mulheres no Mundo, com o objetivo de incentivar o crescimento das micro e pequenas empresas (MPEs) lideradas por mulheres no mercado internacional. Ao longo do ano, o programa impactou 430 mulheres com cursos de capacitação em negócios e comportamento, além de sessões consultivas gratuitas com especialistas do Banco.

+ de **24 milhões** de clientes utilizaram o Minhas Finanças até o fim de 2024.

**430 mulheres** foram impactadas pelo Programa Primeira Exportação, em 2024.

Em 2024, as estratégias de crédito voltadas para as mulheres resultaram em desembolsos que superaram R\$ 1,5 bilhão.



# A atividade de **Relações Institucionais e Governamentais (RIG)**

Entendemos as Relações Institucionais e Governamentais (RIG) ou somente Relações Governamentais (RelGov)<sup>1</sup> como um conjunto de estratégias de engajamento adotadas por indivíduos, organizações, grupos sociais ou econômicos, tanto em nome próprio quanto representando terceiros, com o intuito de colaborar com as autoridades públicas na formulação de decisões políticas mais completas e eficazes<sup>2</sup>.

Muitos países desenvolveram regras e procedimentos para regular a atividade de *lobbying* e assegurar que a defesa de interesses seja conduzida de forma transparente e dentro de limites éticos. As Relações Governamentais desempenham importante papel na consolidação e efetivação da democracia, que vai além da simples governança pela maioria, incorporando o respeito e a inclusão das minorias, e enfrentando os diversos desafios impostos por uma sociedade e uma economia cada vez mais complexas. Dentro desse

contexto, a principal função dos profissionais de RIG é fortalecer os canais de participação, estabelecendo laços mais estreitos entre os tomadores de decisão e aqueles que são afetados por essas decisões<sup>3</sup>.

No Brasil, desde 2018, a atividade de Relações Institucionais e Governamentais é reconhecida como profissão pelo Ministério do Trabalho na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)<sup>4</sup>, com a definição de que lobistas são agentes que atuam no processo de decisão política, participam da formulação de políticas públicas, elaboram e estabelecem estratégias de relações governamentais, analisam os riscos regulatórios ou normativos e defendem os interesses dos representados.

Quanto à regulamentação da atividade, a partir da Constituição Federal de 1988 (CF/88), a defesa de interesses foi vista sob uma nova perspectiva na

democracia brasileira, com grande empoderamento da sociedade no processo de tomada de decisão pelos agentes públicos<sup>5</sup>. Em 2022, a Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei (PL) 1202/2007, que regulamenta a prática do *lobby* no país, o qual se encontra em revisão pelo Senado Federal (identificado como PL 2914/2022), e define *lobby* como representação de interesse exercida por pessoas naturais ou jurídicas perante agentes públicos dos três Poderes. A proposta estabelece como a defesa desses interesses deve ser exercida e obriga transparência na relação entre os agentes públicos e os lobistas. O projeto prevê, ainda, tratamento isonômico aos representantes de interesses em relação ao acesso a informações, e considera o *lobby* um exercício legítimo, desde que não haja oferta de vantagens ilícitas e outras irregularidades. Importante destacar que a regulamentação da prática é um dos requisitos para entrada do país na Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE)<sup>6</sup>.

<sup>1</sup> A prática de Relações Institucionais e Governamentais (RIG), muitas vezes associada ao termo *lobbying*, remonta ao final do século XIX, com o surgimento da palavra “lobista”. O presidente dos Estados Unidos, Ulysses S. Grant, utilizava esse termo para descrever as pessoas que esperavam no *lobby* do Hotel Willard, em Washington, para encontrar-se com ele e influenciar suas decisões políticas.

<sup>2</sup> IRELGOV. Guia de melhores práticas da atividade de relações governamentais. São Paulo, 2019.

<sup>3</sup> IRELGOV. Guia de melhores práticas da atividade de relações governamentais. São Paulo, 2019.

<sup>4</sup> A CBO possui a finalidade de identificação da ocupação no mercado de trabalho, para fins classificatórios junto aos registros administrativos e domiciliares. BRASIL, Ministério do Trabalho - CBO: 1423-45 (<http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/home.jsf>).

<sup>5</sup> Segundo Galvão (2016), a CF/88 trouxe a participação dos cidadãos nas decisões do governo ao garantir o direito de liberdade de manifestação de pensamento, de reunião e associação para fins lícitos (art. 5º, incisos IV, XVI e XVII); de expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação (inciso IX); de acesso à informação pública de interesse particular, coletivo ou geral (inciso XXXIII) e de petição aos poderes públicos, em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder (inciso XXXIV, alínea “a”). GALVÃO, E. R. Fundamentos de Relações Governamentais: 1ª Ed. Brasília, DF: Clube de Autores, 2016.

<sup>6</sup> OECD, *Organisation for Economic Co-operation and Development: ROADMAP FOR THE OECD ACCESSION PROCESS OF BRAZIL* (<https://www.oecd.org/latin-america/paises/brasil-portugues/>).



## Relações Institucionais e Governamentais no Banco do Brasil

O sistema de gestão, que rege as atividades de RIG, no BB está embasado na Política Geral de Escopo Institucional do Banco do Brasil, isto é, a política que orienta o Banco com relação à ética, à responsabilidade social, ambiental e climática, à gestão da marca e aos escopos organizacional, negocial e de participação societária. No BB, temos a transparência, a ética e o compromisso com a responsabilidade social, ambiental e climática como orientadores das práticas administrativas e negociais e dos relacionamentos com os públicos de interesse, em todas as jurisdições que atuamos.

Além de aderente ao Código de Ética do Banco do Brasil, as práticas de RIG também são norteadas por nossas políticas específicas, dentre as quais destacamos:

- Política Específica de Relacionamento com Clientes e Usuários de Produtos e Serviços;
- Política Específica de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro, ao Financiamento do Terrorismo, ao Financiamento da Proliferação de Armas de Destruição em Massa e à Corrupção;

- Política Específica de Controles Internos e Conformidade (*compliance*);
- Política Específica de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática; e
- Diretrizes de Sustentabilidade para o Crédito.

Assim, com base nesses normativos institucionais: norteamos o relacionamento com os nossos clientes, inclusive os do Setor Público, resguardando-os de possíveis conflitos de interesse, atuando na prevenção e combate à corrupção e observando os princípios de cooperação, transparência, legalidade e ética; tomamos nossas decisões com base nas obrigações de *compliance* e nas melhores práticas de mercado, considerando também critérios para promoção da diversidade, equidade e inclusão; não concedemos qualquer tipo de apoio (inclusive financeiro) a eventos promocionais em benefício de candidatos e de partidos políticos; e realizamos parcerias, convênios, protocolos de intenções e de cooperação técnico-financeira com entidades externas, privadas ou públicas, com exame prévio do retorno, do interesse estratégico e dos impactos sociais, ambientais e climáticos.

No BB, realizamos atividades de *lobbying* de forma direta, com o objetivo de auxiliar as autoridades públicas a tomarem uma melhor decisão política. Com a finalidade de gerar oportunidades e mitigar riscos, contribuindo para melhorias no ambiente regulatório, econômico, social, ambiental e climático, também atuamos indiretamente, por meio de associações setoriais.

No que tange ao *lobbying* em alinhamento com o Acordo de Paris, dentre as ações realizadas pelo Banco do Brasil, tem-se:

- Participação em associações ou órgãos públicos, fomentando o engajamento empresarial e políticas climáticas efetivas;
- Promoção do desenvolvimento sustentável e inclusivo;
- Disponibilização de informações técnicas;

- Participação em reuniões e audiências públicas com tomadores de decisão;
- Monitoramento do processo legislativo para fornecer informações aos envolvidos na elaboração das políticas públicas, permitindo-lhes uma visão mais completa do impacto que suas decisões terão na sociedade<sup>7</sup>.

As premissas do BB para o *lobbying* e sua posição sobre o alinhamento climático em relação ao Acordo de Paris são válidas para todas as ações e atendimentos realizados em todas as jurisdições nas quais atua.

Dessa forma, o BB contribui com a formulação de políticas públicas, fazendo uso dos mecanismos legítimos de defesa de interesses disponíveis em nossa democracia participativa.

<sup>7</sup> Exemplos de posicionamento, estudos e audiências públicas com a participação do BB ou de associações que o BB possui representação:

- Prevenção a desastres e calamidades naturais: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/72457>;
- Investimento hidrogênio verde: <https://legis.senado.leg.br/comissoes/reuniao?54&reuniao=11452&codcol=2589>;
- Taxonomia verde: <https://www.camara.leg.br/noticias/970207-especialistas-buscam-classificacao-das-atividades-economicas-quanto-aos-impactos-socioambientais/>;
- Selo Investimento Verde: <https://www.camara.leg.br/noticias/863689-projeto-cria-selo-para-incentivar-praticas-sustentaveis-no-mercado-financeiro>;
- Mercado Brasileiro de Redução de Emissões: <https://legis.senado.leg.br/comissoes/reuniao?0&reuniao=11455&codcol=50>;
- Mercado de Carbono: <https://legis.senado.leg.br/comissoes/reuniao?27&reuniao=12162&codcol=1450>;
- Economia de baixo carbono: <https://legis.senado.leg.br/comissoes/reuniao?reuniao=2820&codcol=1450>.

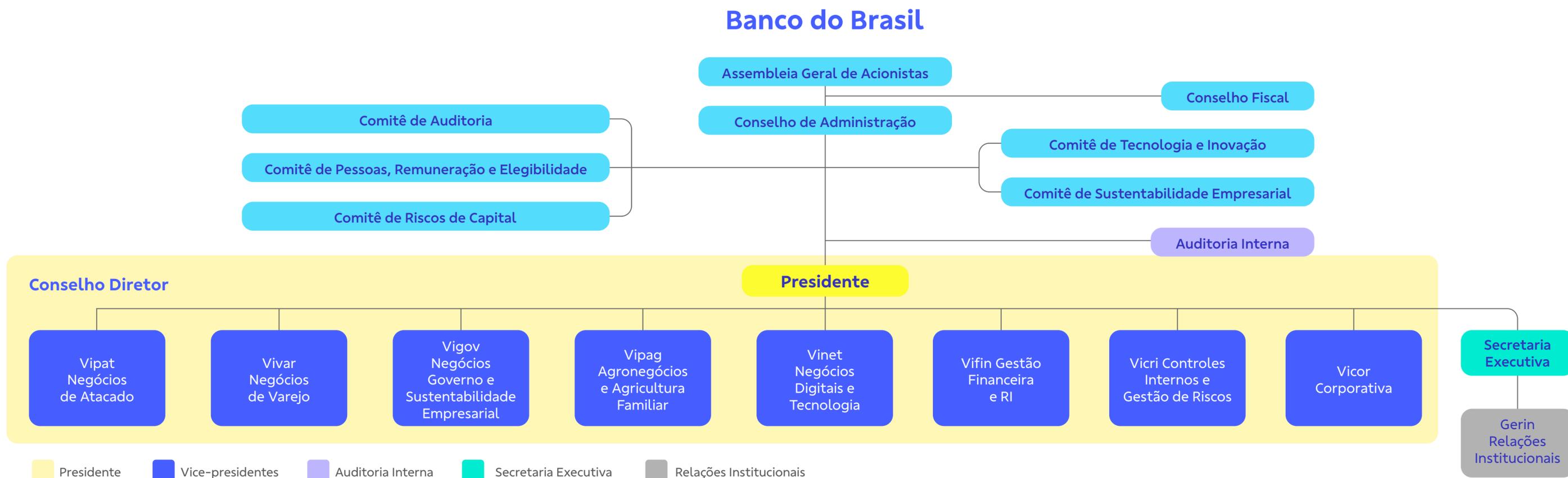


# Governança das Relações Institucionais e Governamentais no BB

O BB adota as melhores práticas de governança corporativa, mantendo compromisso com os princípios de transparência, prestação de contas, equidade e responsabilidade corporativa. Desde 2006, está listado no Novo Mercado da B3, segmento com o mais elevado padrão de governança corporativa. As decisões são tomadas de forma colegiada em todos os níveis. Assim, a administração conta com uma estrutura de comitês, subcomitês e comissões estratégicas que garantem agilidade, qualidade e segurança à tomada de decisão<sup>8</sup>.

De acordo com a estruturação de nossa Governança, a Secretaria Executiva, órgão ligado diretamente à Presidência do BB e responsável pelo assessoramento à Governança Corporativa do Banco, por meio da Gerência Executiva de Relações Institucionais (Gerin), realiza a coordenação do relacionamento do Banco do Brasil com os Poderes Executivo e Legislativo Federais, no que se refere às matérias legislativas em produção e em tramitação no Congresso Nacional. Para um efetivo gerenciamento das relações, a Gerin utiliza de ferramenta tecnológica para

registro e transparência sobre todas as audiências e interações realizadas entre tomadores de decisão e o time de relações institucionais, bem como das demandas e ofícios encaminhados ao BB por membros do Congresso Nacional. Ademais, possui responsabilidade pela coordenação da gestão da representação do BB em associações e em órgãos públicos.



<sup>8</sup> BANCO DO BRASIL, Atuação Institucional em Sustentabilidade do Banco do Brasil. Unid. ASG, Dez/2023.

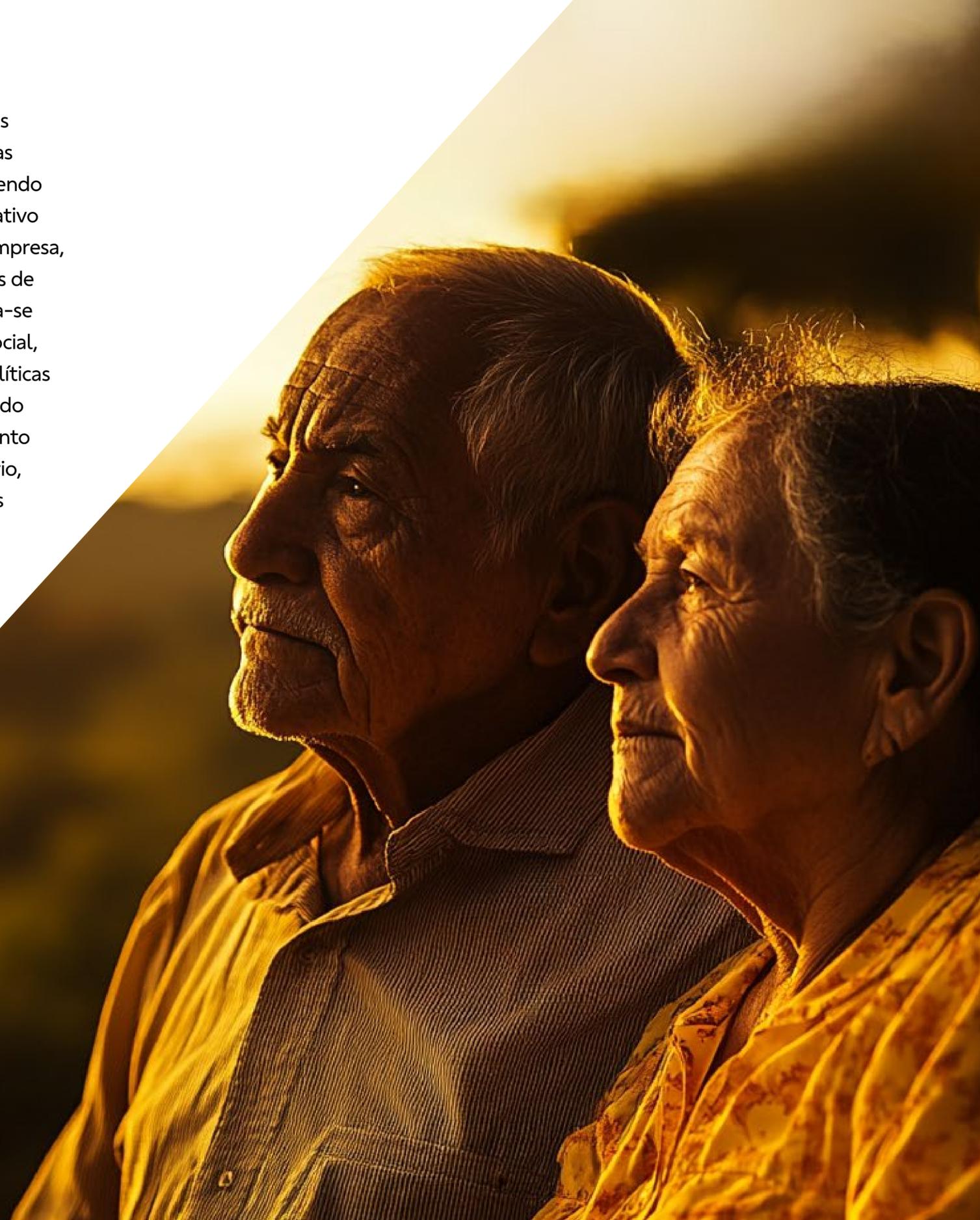


Por sua natureza de Sociedade de Economia Mista, a atividade de RIG no Banco do Brasil é transversal e compartilhada. Isto é, diversos setores da Empresa realizam a defesa dos interesses da instituição nas três esferas de governo (municipal, estadual ou federal), bem como em associações comerciais e/ou em órgãos públicos nos quais possuam representação.

Neste sentido, considerando sua natureza jurídica e as especificidades de ser uma Empresa que possui alta diversidade nas demandas institucionais, cada unidade estratégica do Banco participa e realiza *lobbying* específico às suas atribuições, defendendo os interesses do BB e das partes interessadas, seguindo as diretrizes das políticas gerais e específicas da Empresa, bem como suas respectivas governanças.

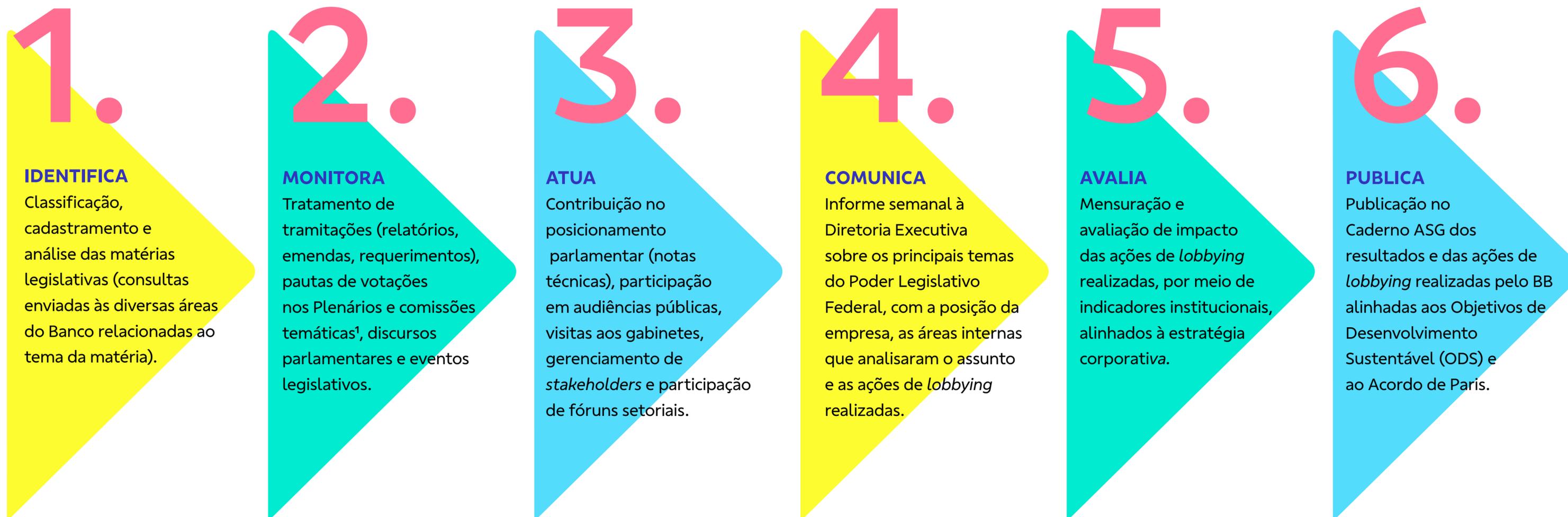
Semanalmente, a Gerin elabora e envia aos membros da alta administração e aos diretores e executivos das Unidades Estratégicas da Empresa um informe contendo os principais temas que tramitaram no Poder Legislativo Federal, com destaque para o posicionamento da Empresa, as áreas internas que analisaram o assunto e as ações de *lobbying* realizadas pelo BB. No documento, destaca-se a defesa dos interesses com foco no desempenho social, ambiental e climático, bem como a promoção de políticas públicas, dentre as quais, aquelas aderentes ao Acordo de Paris. Ademais, o reporte engloba o posicionamento setorial para aprimoramento do ambiente regulatório, por meio da atuação de associações e confederações comerciais, nas quais o BB é membro.

**O Banco do Brasil se posiciona em defesa de interesses com foco no desempenho social, ambiental e climático, promovendo políticas públicas que aderem ao Acordo de Paris.**





## Fluxo de monitoramento e atuação legislativa do Banco do Brasil



<sup>1</sup>Principais comissões temáticas com foco em alinhamento climático ativas no Congresso Nacional:

- Câmara dos Deputados: Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS); Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR); Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais (CPOVOS); Comissão de Minas e Energia (CME); e Comissão Temporária de Transição Energética e Produção de Hidrogênio Verde.
- Senado Federal: Comissão de Meio Ambiente (CMA); Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA); Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC); e Comissão Especial para Debate de Políticas Públicas sobre Hidrogênio Verde (CEHV).

Em 2024, acompanhamos ativamente proposições como o marco do hidrogênio de baixa emissão de carbono (Lei 14.948/2024), o mercado de carbono (Lei 15.042/2024), a lei dos combustíveis do futuro (Lei 14.993/2024), e a criação de planos de adaptação climática (Lei 14.904/2024), entre outras da chamada “pauta verde”.



## Lobbying e associações comerciais – alinhamento climático

O Banco do Brasil, em alinhamento com o Acordo de Paris, ciente da relevância e urgência do tema das mudanças climáticas e a importância de engajar governos, setor privado e sociedade nos esforços para reduzir Gases de Efeito Estufa e adaptar comunidades em áreas de vulnerabilidade climática, está comprometido com a transição para uma economia de baixo carbono e com o papel de liderança que o Brasil pode assumir nesta questão.

Para o Banco do Brasil, o risco climático consiste na possível ocorrência de perdas decorrentes de mudanças climáticas, gatilhos de eventos climáticos extremos ou eventos que terão, no longo prazo, consequências que podem afetar a criação de valor pelas empresas. Esta nova abordagem baseou-se nas recomendações publicadas pelo Task Force on Climate Related Financial Disclosures (TCFD), nas quais as instituições financeiras foram solicitadas a identificar e divulgar de forma transparente os riscos relacionados às mudanças climáticas, além de sugerir a análise dos elementos climáticos como chave para a estratégia de resiliência do negócio.

<sup>9</sup> A tabela 1 apresenta o fluxo de monitoramento e atuação legislativa, com enfoque nas matérias legislativas sobre alinhamento climático.

Alinhada à Estratégia Corporativa do BB 2024-2028, que define os direcionamentos para a atuação do Banco nos próximos cinco anos, a atividade de RIG do BB é embasada nos objetivos estratégicos da empresa, dentre os quais destacamos a perspectiva ASG de nosso Mapa Estratégico, que possui como objetivo ser protagonista em sustentabilidade e na promoção de práticas e negócios ASG. Nesse sentido, a Gerência de Relações Institucionais (Gerin) possui indicadores para mensurar o *lobbying* alinhado ao Acordo de Paris, dentre eles o indicador “Gerin – Agenda ASG”.

O indicador “Gerin – Agenda ASG” afere o percentual de cumprimento do monitoramento e da atuação do BB em matérias legislativas em tramitação no Congresso Nacional, que visam: promover a cultura da sustentabilidade e a descarbonização do planeta; enfrentar as mudanças climáticas; incentivar a transição energética; impulsionar a diversidade, a equidade e a inclusão; e fomentar as melhores práticas de governança corporativa.

Atualmente, existem várias matérias legislativas em tramitação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal que tratam da sustentabilidade ambiental, bem como das mudanças climáticas. O BB possui um robusto sistema de monitoramento do ambiente regulatório<sup>9</sup>, com uso de ferramentas digitais e submetido à governança e *compliance*.

Diariamente, são analisadas todas as proposições legislativas apresentadas pelos parlamentares federais, as quais são classificadas como de interesse ou não para o Banco do Brasil, que passa a monitorar sua tramitação no Congresso Nacional, compreendendo, portanto, todas as etapas do processo legislativo, desde sua apresentação até a promulgação ou sanção da lei. Nesse contexto, o Banco também participamos do processo de formulação de políticas públicas por meio da propositura de notas técnicas sobre os temas em debate e participando com representantes da empresa nas audiências públicas nas Casas Legislativas, ou seja, realizando *lobbying* de forma direta junto aos parlamentares e formuladores de políticas públicas, ou indireta por meio de debates e registro de seu posicionamento sobre cada tema nas associações setoriais.

Quanto ao alinhamento climático, o BB monitora no Congresso Nacional matérias legislativas que contribuem para o alinhamento ao Acordo de Paris, dentre as quais destacamos:

- Licenciamento Ambiental (PLP 102/2024, PLP 262/2023, PL 2159/2021 e PLS 168/2018);
- Economia verde, neutralização de carbono, Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE), Tesouro verde e debêntures verdes (PL 2088/2023, PL 4516/2021, PL 4464/2021 e PL 5173/2019);
- Taxonomia Ambiental e Social de atividades econômicas (PL 2838/2022);
- Práticas de construção sustentável e gestão de resíduos sólidos (PL 702/2021 e PL 9938/2018); e
- Selo nacional ASG (PL 4363/2021).



Em 2024, o Congresso Nacional debateu e aprovou proposições da “pauta verde”, alinhadas ao cumprimento do Acordo de Paris e o Banco do Brasil, direta ou setorialmente, acompanhou o debate, participou de audiências públicas e contribuiu com notas técnicas sobre a questão, como por exemplo:

- PL 4129/2021, convertido na Lei 14.904, de 27 de junho de 2024, estabelecendo diretrizes gerais para a elaboração de planos de adaptação à mudança do clima;
- PL 2148/2015 (ou PL 182/2024), tornado Lei 15.042, de 11 de dezembro de 2024, regulamenta o mercado de carbono no Brasil, criando o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE), que estabelece tetos para emissões e um mercado de venda de títulos;
- PL 2308/2023, transformado na Lei 14.948, de 02 de agosto de 2024, institui o marco legal do hidrogênio de baixa emissão de carbono; dispõe sobre a Política Nacional do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono; institui incentivos para a indústria do hidrogênio de baixa emissão de carbono; institui o Regime Especial de Incentivos para a Produção de Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono (Rehidro); e cria o Programa de Desenvolvimento do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono (PHBC);

- PL 576/2021, convertido na Lei 15.097, de 10 de janeiro de 2025, criou o marco legal para a exploração e desenvolvimento da geração de energia a partir de fontes de instalação *offshore*, como por geração eólica no mar, tendo como princípios fundamentais o desenvolvimento sustentável, a segurança energética e a redução das emissões de carbono;
- PL 528/2020, transformado na Lei 14.993, de 08 de outubro de 2024, tratando sobre os chamados “combustíveis do futuro”, dispõe sobre a promoção da mobilidade sustentável de baixo carbono e a captura e a estocagem geológica de dióxido de carbono; institui o Programa Nacional de Combustível Sustentável de Aviação, o Programa Nacional de Diesel Verde e o Programa Nacional de Descarbonização do Produtor e Importador de Gás Natural e de Incentivo ao Biometano.

Quanto à atuação em associações, o BB tem um modelo de gestão da representatividade que é regulado em seus normativos internos, com responsabilidades e fluxos de trabalhos definidos pela Secretaria Executiva, por meio da Gerência de Relações Institucionais (Gerin). O Banco desenvolveu uma ferramenta para o monitoramento e acompanhamento da atuação dos representantes nas Associações e/ou Órgãos Públicos (Portal Associações), que dentre suas funcionalidades, destacam-

se: i) *dashboards* e relatórios; ii) cadastro com informações sobre as associações; iii) avaliação do nível de relevância da atuação da associação com indicação de manutenção ou encerramento da representação; iv) repositório de informações; v) registro e controle das demandas; vi) agenda de compromissos e calendário de reuniões, entre outros.

Atualmente, o BB possui representação em 44 Associações e 24 Órgãos Públicos, que tratam de diversos temas como: regulatório, bancário, consumidor, tributário, trabalhista, segurança bancária, tecnologia, ambiental e climático etc. De um modo geral, a atuação e o acompanhamento da representação do BB em Associações e Órgãos Públicos são realizados de acordo com a estrutura, robustez e relevância estratégica daquelas entidades. A participação se dá de formas variadas, de grupos técnicos temporários a comissões permanentes, e o papel de representar o BB é exercido por gestores e funcionários das unidades da empresa relacionadas às respectivas finalidades das Associações e Órgãos Públicos.

Ainda em relação à atuação do BB em associações, com foco nas atividades de *lobbying* voltadas ao alinhamento com o Acordo de Paris, destacamos a participação



do BB em 26 Associações e nove Órgãos Públicos<sup>10</sup>. A representatividade do Banco está pautada nos valores da proximidade, inovação, eficiência, integridade e diversidade, com destaque para o compromisso com a sociedade, no qual é considerado o interesse coletivo na tomada de decisões, no propósito de ser próximo e relevante na vida das pessoas em todos os momentos.

Com a finalidade de avançar nos processos de revisão, monitoramento e avaliação sobre se os compromissos em matéria de políticas públicas e de *lobbying* da associação estão alinhados

<sup>10</sup> Tabela 2 - “Principais associações comerciais/setoriais e órgãos públicos com representação BB, que possuem comitês, fóruns ou políticas de sustentabilidade e estão alinhados ao Acordo de Paris”.



com o Acordo de Paris e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o BB inclui esse requisito na sua ferramenta de gestão da representatividade, sob responsabilidade da Secretaria Executiva. Isto é, os representantes do BB de diferentes unidades estratégicas, em suas respectivas associações, certificam anualmente, na etapa de avaliação de relevância da atuação da associação, de forma sistêmica e padronizada, o alinhamento da associação ao disposto na Agenda 30 BB (Plano de Sustentabilidade do BB, para alinhamento ao Acordo de Paris e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS), com o objetivo de indicação de manutenção ou encerramento da representação do Banco naquele colegiado.

Dentre os compromissos e pactos voluntários assumidos ao longo do tempo, vários abordam o tema das mudanças climáticas de forma direta ou transversal, a exemplo dos seguintes:

- Caring for Climate – The Global Compact;
- Carbon Disclosure Project (CDP);
- Empresas pelo Clima (EPC);
- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);
- Princípios do Equador;
- Programa Brasileiro GHG Protocol;
- Task Force on Climate-Related Financial Disclosures (TCFD);
- Business Ambition for 1.5°C.

Ainda em relação ao *lobbying* indireto, destacamos a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), que representa seus associados em todas as esferas do governo – Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e entidades representativas da sociedade, e atua com vistas a contribuir para o desenvolvimento econômico e social do país, adotando medidas para o estabelecimento e manutenção de um sistema financeiro saudável, ético e eficiente. Também busca concentrar esforços que favoreçam o crescente acesso da população aos produtos e serviços financeiros.

A Febraban atua junto a órgãos públicos por meio de comitês e grupos consultivos, fazendo importante interlocução entre governo e setor bancário, em especial no tocante ao aprimoramento da legislação.

O quadro da Febraban conta com 113 instituições financeiras associadas. O Banco do Brasil (BB) é associado desde 24 de junho de 1970 e mantém representação nos órgãos de Administração daquela Entidade, participando das deliberações nos conselhos, diretorias, comitês, grupos consultivos e outros fóruns. Dentre os Colegiados da Febraban dos quais o BB participa, destaca-se o Comitê ESG, que se dedica a debater o desenvolvimento de temas como o mercado de carbono no Brasil, crédito rural verde, políticas para a eliminação do desmatamento, inclusão e educação financeira e o aprimoramento do arcabouço legal de responsabilidade social, ambiental e climática, TCFD e alinhamento ao Acordo de Paris.

**O Banco do Brasil participa ativamente no Comitê ESG da Federação Brasileira de Bancos (Febraban). Este comitê se dedica a abordar temas cruciais como o mercado de carbono no Brasil, crédito rural verde, políticas para eliminação do desmatamento, inclusão e educação financeira.**





## Principais associações comerciais/setoriais e órgãos públicos com representação BB, que possuem comitês, fóruns ou políticas de sustentabilidade e estão alinhados ao Acordo de Paris

Associação (nome e sigla)	Atuação/alinhamento climático	Link útil
Federação Brasileira de Bancos (Febraban)	Possui diretrizes socioambientais de atuação, buscando promover as melhores práticas internamente e entre suas partes interessadas e, ao mesmo tempo, incentivar um olhar para o tema pela ótica da oportunidade, consolidando, por meio da liderança, pelo exemplo e pela ação, o protagonismo da Federação no aprimoramento do sistema financeiro e na transição para uma economia de baixo carbono.	<a href="https://cmsarquivos.febraban.org.br/Arquivos/documentos/PDF/FBB_C012_21_Politica_de_%20Sustentabilidade_vs3.pdf">https://cmsarquivos.febraban.org.br/Arquivos/documentos/PDF/FBB_C012_21_Politica_de_%20Sustentabilidade_vs3.pdf</a>
Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS)	Lidera a transição para uma economia de baixo carbono através de engajamento empresarial e políticas climáticas efetivas, promovendo o desenvolvimento sustentável e inclusivo. Focando nos esforços para reduzir e compensar as emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE). Aumentar o diálogo entre o setor público e privado na construção de uma agenda comum em mudanças climáticas, eficiência energética e na busca pelo aumento da participação das energias renováveis na matriz energética. Representar, de maneira proativa, a visão das empresas do CEBDS em assuntos relacionados à energia e à mudança do clima, em debates e formulação de políticas públicas com governos e demais grupos de interesse. Catalisar as transformações necessárias ao enfrentamento da questão climática, estimulando as empresas brasileiras a contribuírem para a reversão do fenômeno do aquecimento global.	<a href="https://cebds.org/camara-tematica/clima-energia-e-financas-sustentaveis/">https://cebds.org/camara-tematica/clima-energia-e-financas-sustentaveis/</a>
Instituto Ethos de Responsabilidade Social Empresarial (Ethos)	Mobiliza, sensibiliza e ajuda as empresas a gerirem seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade justa e sustentável. Prosperar, contribuindo para um desenvolvimento social, econômica e ambientalmente sustentável.	<a href="https://www.ethos.org.br/conteudo/projetos/">https://www.ethos.org.br/conteudo/projetos/</a>
Instituto Rede Brasil do Pacto Global	Integrante do Pacto Global da ONU, assumindo a responsabilidade de contribuir para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Como principal canal da ONU com o setor privado, o Pacto Global tem a missão de engajar as empresas nesta agenda de desenvolvimento.	<a href="https://www.pactoglobal.org.br/ods-e-agenda-2030/">https://www.pactoglobal.org.br/ods-e-agenda-2030/</a>
Carbon Disclosure Project (CDP)	Organização sem fins lucrativos que mobiliza investidores, companhias e governos com o intuito de construir e acelerar ações colaborativas para um desenvolvimento que funcione para as atuais e futuras gerações. Possui como prioridade ambiental reduzir as emissões de carbono para 1,5°C e restaurar a saúde do ecossistema do planeta.	<a href="https://la-pt.cdp.net/">https://la-pt.cdp.net/</a>
Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS)	Câmaras Temáticas (CTs) e Grupos de Trabalho (GTs) são fóruns de discussão formados por empresas associadas para pesquisa e desenvolvimento de projetos estratégicos focados no desenvolvimento sustentável. A CT de Clima, Energia e Finanças Sustentáveis lidera a transição para uma economia de baixo carbono através de engajamento empresarial e políticas climáticas efetivas, promovendo o desenvolvimento sustentável e inclusivo. Para acelerar esse processo, foca esforços na neutralidade climática, atuando através de três frentes principais: conexão e colaboração; <i>advocacy</i> ; e <i>capacity building</i> .	<a href="https://cebds.org/camara-tematica/clima-energia-e-financas-sustentaveis/">https://cebds.org/camara-tematica/clima-energia-e-financas-sustentaveis/</a>
Fundação Abrinq	Participação no Fórum de Parcerias do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, o Ecosoc. Objetiva lançar os Créditos Sociais, que funcionarão de forma semelhante aos créditos de carbono. Enquanto os créditos de carbono visam principalmente financiar a redução das emissões de Gases de Efeito Estufa globalmente para combater as mudanças climáticas, os Créditos Sociais visam reduzir as desigualdades sociais em regiões afetadas por questões climáticas ou outras vulnerabilidades sociais.	<a href="https://fadc.org.br/noticias/fundacao-abrinq-nc-ecosoc">https://fadc.org.br/noticias/fundacao-abrinq-nc-ecosoc</a>



Associação (nome e sigla)	Atuação/alinhamento climático	Link útil
Agência de Promoção de Exportações do Brasil (Apex-Brasil)	Atua no sentido de destacar as oportunidades de negócios e investimentos em setores relacionados à economia verde e à sustentabilidade, apresentando as oportunidades do Brasil como um país que tem a capacidade de oferecer produtos e serviços alinhados com as metas de combate à crise climática global. Promove a imagem do país como uma nação comprometida com a manutenção das condições climáticas para a manutenção da vida no planeta Terra, destacando políticas e práticas sustentáveis adotadas por empresas brasileiras. Busca parcerias estratégicas com investidores e compradores internacionais interessados em soluções que contribuam para o desenvolvimento sustentável e para o cumprimento dos compromissos firmados no Acordo de Paris.	<a href="https://apexbrasil.com.br/br/pt/conteudo/noticias/ApexBrasil-participara-da-COP-28.html">https://apexbrasil.com.br/br/pt/conteudo/noticias/ApexBrasil-participara-da-COP-28.html</a>
Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC)	O Conselho debate os desafios da agenda climática na cooperação bilateral. Durante o encontro, foram discutidas estratégias para promover a sustentabilidade e o combate às mudanças climáticas em ações conjuntas entre os dois países.	<a href="https://www.cebc.org.br/quem-somos/">https://www.cebc.org.br/quem-somos/</a>
Associação Brasileira do Agronegócio (Abag)	Por meio do Comitê de Sustentabilidade, objetiva formular planos de ação visando à consolidação das práticas sustentáveis e criação de valor econômico, ambiental e social; sedimentar o conceito e a prática de sustentabilidade; mapear e propor a aplicação de indicadores de sustentabilidade; e inserir o agronegócio na agenda nacional e internacional de mudanças climáticas.	<a href="https://abag.com.br/comites/">https://abag.com.br/comites/</a>
Grupo de Trabalho Pecuária Sustentável (GTPS)	O GT visa debater e formular, de maneira transparente, princípios, padrões e práticas comuns a serem adotados pelo setor, que contribuam para o desenvolvimento de uma pecuária sustentável, socialmente justa, ambientalmente correta, e economicamente viável. Participam representantes do Governo, das indústrias, associações de pecuaristas, varejistas, bancos, organizações da sociedade civil, centros de pesquisa e universidades.	<a href="https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/camaras-setoriais-tematicas/documentos/camaras-setoriais/carne-bovina/anos-anteriores/grupo-de-trabalho-da-pecuaria-sustentavel.pdf">https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/camaras-setoriais-tematicas/documentos/camaras-setoriais/carne-bovina/anos-anteriores/grupo-de-trabalho-da-pecuaria-sustentavel.pdf</a>
Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras (Anpei)	A Anpei se compromete com a iniciativa do ENRICH Global, assumindo o papel de colíder do grupo de trabalho de Mudanças Climáticas e Sustentabilidade, com o intuito de contribuir com a visão do nosso país e de nossos associados sobre o tema.	<a href="https://br.linkedin.com/company/anpei">https://br.linkedin.com/company/anpei</a>
Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento (ABDE)	As atividades da Associação devem ser desenvolvidas levando em consideração a disponibilidade local de recursos e o meio ambiente, buscando maximizar o aproveitamento desses recursos e minimizar eventuais impactos negativos decorrentes de suas operações, tendo como princípio norteador a sustentabilidade e os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).	<a href="https://abde.org.br/institucional/">https://abde.org.br/institucional/</a>
International Association of Credit Portfolio Managers (IACPM)	Discussões do Grupo Focal sobre Riscos Climáticos. Gestão de riscos relacionados com ESG e alterações climáticas. Defesa de ESG (Advocacy) e gestão de riscos climáticos. Eventos, publicações e relatórios em finanças sustentáveis.	<a href="https://iacpm.org/esg/">https://iacpm.org/esg/</a>
Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima)	Rede Anbima de Sustentabilidade atua com foco em quatro agendas: mudanças do clima e biodiversidade; direitos humanos e transição para uma sociedade mais justa; mecanismos e instrumentos financeiros; e governança e liderança. As iniciativas envolvem acompanhar tendências, compartilhar boas práticas e produzir conhecimento e ferramentas que apoiem o mercado frente aos principais desafios para a promoção das finanças sustentáveis.	<a href="https://anbi.ma/RedeSust">https://anbi.ma/RedeSust</a>
Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca)	Por meio de suas comissões técnicas acompanha de perto os temas, analisa e sugere diretrizes sobre questões e processos relevantes à companhia aberta. Na Comissão de ESG debate pautas como gestão de riscos climáticos, ambientais e sociais.	<a href="https://www.abrasca.org.br/abrasca/governanca">https://www.abrasca.org.br/abrasca/governanca</a>
Instituto Brasileiro de Relações com Investidores (Ibri)	A Comissão de ESG possui o objetivo é produzir e divulgar conteúdo relevante e em formato adequado para os profissionais de Relações com Investidores, de forma a contribuir para que eles sejam agentes de transformação nas suas empresas. Além disso, tem como intuito dar suporte ao próprio Ibri nas discussões sobre o tema, inclusive sobre a inclusão de parâmetros ESG no processo decisório das empresas e do mercado de capitais.	<a href="https://www.ibri.com.br/pt-br/o-ibri/comissoes-e-grupos-de-trabalho/">https://www.ibri.com.br/pt-br/o-ibri/comissoes-e-grupos-de-trabalho/</a>



Associação (nome e sigla)	Atuação/alinhamento climático	Link útil
Associação Brasileira de Anunciantes (ABA)	O Comitê de Comunicação e ESG visa inspirar, esclarecer, promover e comunicar conteúdo para que o conhecimento e as iniciativas em sustentabilidade e comunicação sejam ferramentas para as empresas trabalharem com marketing, a fim de transformar e engajar seus consumidores.	<a href="https://aba.com.br/sobre-os-comites/">https://aba.com.br/sobre-os-comites/</a>
Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (Aberje)	Em 2023, foram instituídos três Comitês de Estudos temáticos, com 30 empresas em cada comitê, dentre os temas abordados destaca-se: Comunicação e Engajamento em ESG. Ademais, a Escola Aberje de Comunicação coordenou a “Expedição Amazonia: Conhecer para Comunicar”, uma viagem de seis dias à Amazônia, maior floresta tropical do mundo, para qualificar e sensibilizar comunicadores que atuam nas áreas de comunicação corporativa e sustentabilidade.	<a href="https://www.aberje.com.br/wp-content/uploads/2024/03/Relatorio-de-Atividades-Aberje-2023.pdf">https://www.aberje.com.br/wp-content/uploads/2024/03/Relatorio-de-Atividades-Aberje-2023.pdf</a>
Associação Brasileira de Facility Management, Property e Workplace (Abrafac)	Por meio do Comitê ESG, se propõe a identificar, captar, organizar e difundir conhecimento relativos ao ESG. Produz documentos de recomendações para servir de orientação aos associados.	<a href="https://abrafac.org.br/">https://abrafac.org.br/</a> <a href="https://abrafac.org.br/comite-esg/">https://abrafac.org.br/comite-esg/</a>
Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento (Acrefi)	Trabalha alinhada com a Agenda BC#, de forma a difundir junto aos seus associados e à sociedade, os aspectos da inclusão, competitividade, transparência, educação e sustentabilidade, especificamente, ao promover finanças sustentáveis e contribuir para a redução de riscos socioambientais e climáticos na economia e no Sistema Financeiro.	<a href="https://acrefi.org.br/quem-somos/">https://acrefi.org.br/quem-somos/</a>
Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip)	Possui diretrizes em harmonia com o marco legal e regulamentar, que reforça a ideia de uma boa prática de governança, tendo como base valores como Transparência, Equidade, Ética e Responsabilidade Corporativa. Promovendo melhores práticas que respeitem ao meio ambiente e desenvolvimento de uma cultura de sustentabilidade socioambiental.	<a href="https://www.abecip.org.br/admin/assets/uploads/anexos/manual-melhores-praticas-atualizado-outubro-2023.pdf">https://www.abecip.org.br/admin/assets/uploads/anexos/manual-melhores-praticas-atualizado-outubro-2023.pdf</a>
Fundação Getúlio Vargas (FGV)	Dentre os treinamentos e capacitações oferecidos tem-se o curso Mudanças Climáticas e Transição Energética mostra uma visão geral do atual contexto ambiental, as ameaças, os riscos e as oportunidades emergentes frente à necessidade de uma economia de baixa emissão de carbono. O curso apresenta a base de conhecimento e as ferramentas para que a sua organização possa conduzir mudanças estratégicas, expondo soluções práticas e imediatas.	<a href="https://educacao-executiva.fgv.br/cursos/online/curta-media-duracao-online/mudancas-climaticas-e-transicao-energetica?oferta=109621">https://educacao-executiva.fgv.br/cursos/online/curta-media-duracao-online/mudancas-climaticas-e-transicao-energetica?oferta=109621</a>
Fundação Habitacional do Exército - FHE / Associação de Poupança e Empréstimo (Poupex)	Possui como princípio alinhamento estratégico, exposto na sua Política da Responsabilidade Social, Ambiental e Climática, apresentando que as definições estratégicas devem considerar as leis e normas que disciplinam as questões sociais, ambientais e climáticas e outros pactos e compromissos assumidos de maneira voluntária.	<a href="https://www.poupex.com.br/institucional/responsabilidade-socioambiental/">https://www.poupex.com.br/institucional/responsabilidade-socioambiental/</a>
Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae)	Oferece apoio para empreendedores que desejam melhorar a gestão ambiental em suas empresas e contribuir para a preservação climática do planeta.	<a href="https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/industria-precisa-se-empenhar-em-conter-as-mudancas-climaticas,1f6998f5dc737810VgnVCM100001b00320aRCRD">https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/industria-precisa-se-empenhar-em-conter-as-mudancas-climaticas,1f6998f5dc737810VgnVCM100001b00320aRCRD</a>
Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNSeg)	Alinhados ao marco regulatório de sustentabilidade no setor de seguros (Circular 666/22) e às melhores práticas globais com relação a sustentabilidade promovido pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) adotados pelas Nações Unidas e pelos Princípios para Seguros Sustentáveis da Unep FI, a CNseg orienta as ações da Confederação no fomento a práticas mais sustentáveis pelas empresas do setor e na promoção de sinergia entre as agendas de sustentabilidade e relações de consumo.	<a href="https://production-cms-upload.s3.sa-east-1.amazonaws.com/pt_roadmap_2024_01_dc3e46d2ab.pdf">https://production-cms-upload.s3.sa-east-1.amazonaws.com/pt_roadmap_2024_01_dc3e46d2ab.pdf</a>
Órgão Público: Fórum Brasileiro de Mudança do Clima (FBMC)	Conscientiza e mobiliza a sociedade e contribui para a discussão das ações necessárias para enfrentar a mudança global do clima, conforme o disposto na Política Nacional sobre Mudança do Clima e na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e nos acordos internacionais dela decorrentes, inclusive o Acordo de Paris.	<a href="https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9082.htm">https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9082.htm</a>



Associação (nome e sigla)	Atuação/alinhamento climático	Link útil
Órgão Público: Secretaria de Comunicação Social (Secom)	Iniciativa global para promover a integridade da informação sobre mudanças climáticas. As Nações Unidas e a Unesco são parceiras na construção da proposta, que visa reunir coletivos internacionais de pesquisadores como a Rede de Conhecimento Global, o Observatório da Informação e Democracia e o Painel Internacional sobre o Ambiente Informacional, assim como outras agências do Sistema ONU diretamente envolvidas no enfrentamento das mudanças climáticas.	<a href="https://www.gov.br/secom/pt-br/fatos/brasil-contra-fake/noticias/2023/3/brasil-lidera-iniciativa-global-para-integridade-da-informacao-sobre-mudancas-climaticas">https://www.gov.br/secom/pt-br/fatos/brasil-contra-fake/noticias/2023/3/brasil-lidera-iniciativa-global-para-integridade-da-informacao-sobre-mudancas-climaticas</a>
Órgão Público: Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Condel/Sudeco)	O Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRDCO), o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) e o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO), são pilares para alavancar projetos que contribuem positivamente para infraestrutura, agricultura, empregabilidade, qualidade de vida, promoção da sustentabilidade e redução dos efeitos das mudanças climáticas na região Centro-Oeste.	<a href="https://www.gov.br/sudeco/pt-br/assuntos/noticias/2024/balanco-sudeco-2023-mais-de-r-10-bilhoes-em-investimentos-e-quase-1-milhao-de-empregos">https://www.gov.br/sudeco/pt-br/assuntos/noticias/2024/balanco-sudeco-2023-mais-de-r-10-bilhoes-em-investimentos-e-quase-1-milhao-de-empregos</a>
Órgão Público: Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante (CDFMM)	Promoção do cumprimento das metas de combate às mudanças climáticas da Organização Marítima Internacional (IMO, da sigla em inglês). Na COP28, os países membros da IMO, dentre eles o Brasil, se comprometeram a zerar a emissão líquida de GEE nos próximos 30 anos. Antes disso, em 2030, eles deverão ter adotado pelo menos 5% de tecnologia ou matriz energética não geradora desses gases, substituindo o consumo de combustíveis fósseis. Outra linha de ação é o incentivo à utilização mais econômica do regime de máquinas dos navios.	<a href="https://www.marinha.mil.br/agenciadenoticias/transporte-maritimo-fixa-novas-metas-de-combate-mudancas-climaticas">https://www.marinha.mil.br/agenciadenoticias/transporte-maritimo-fixa-novas-metas-de-combate-mudancas-climaticas</a>
Órgão Público: Comitê de Investimentos e Negócios de Impacto (Enimpecto)	A Estratégia Nacional de Economia de Impacto é uma articulação de órgãos e entidades da administração pública federal, do setor privado e da sociedade civil com o objetivo de promover um ambiente favorável aos negócios de impacto. A Economia de impacto é caracterizada pelo equilíbrio entre a busca de resultados financeiros e a promoção de soluções para problemas sociais e ambientais, por meio de empreendimentos com impacto socioambiental positivo, que permitam a regeneração, a restauração e a renovação dos recursos naturais e a inclusão de comunidades, e contribuam para um sistema econômico inclusivo, equitativo e regenerativo.	<a href="https://www.gov.br/mdic/pt-br/assuntos/inovacao/enimpecto">https://www.gov.br/mdic/pt-br/assuntos/inovacao/enimpecto</a> <a href="https://www.gov.br/mdic/pt-br/assuntos/inovacao/enimpecto/EnimpectoPlanoDecenal202320321.pdf">https://www.gov.br/mdic/pt-br/assuntos/inovacao/enimpecto/EnimpectoPlanoDecenal202320321.pdf</a>
Órgão Público: Conselho Nacional do Turismo	Propor diretrizes, oferecer subsídios e contribuir para a formulação e a implementação da Política Nacional de Turismo e das políticas públicas relacionadas com a atividade turística, considerados os territórios urbanos, periurbanos, rurais e tradicionais e em conformidade com as políticas territoriais, regionais e socioambientais. Zelar para que o desenvolvimento da atividade turística no País observe a sustentabilidade ambiental, sociocultural e econômica, em especial das populações dos campos, das florestas e das águas.	<a href="https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11623.htm">https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11623.htm</a>
Órgão Público: Conselho de Política de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal (CPDR)	Tratar de interesses dos produtores rurais, tanto na elaboração e fomento das políticas públicas para desenvolvimento das atividades agrícolas, quanto para conservação do meio ambiente. Tem como principal objetivo apresentar diretrizes para elaboração e implementação de Políticas Públicas Rurais do Distrito Federal, constituindo-se em espaço de articulação entre os diferentes níveis de Governo e as organizações da sociedade civil, para o desenvolvimento rural sustentável.	<a href="https://www.agricultura.df.gov.br/conselhos-rurais-de-desenvolvimento-sustentavel/">https://www.agricultura.df.gov.br/conselhos-rurais-de-desenvolvimento-sustentavel/</a>
Órgão Público: Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla)	Em 2024, os temas da Enccla são voltados para o meio ambiente e novas tecnologias. No caso ambiental, fiscalizar e atuar em crimes que geram impacto em relação ao tema, como garimpo ilegal, mineração ilegal e desmatamento.	<a href="https://enccla.camara.leg.br/noticias/a">https://enccla.camara.leg.br/noticias/a</a>
Órgão Público: Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf)	Ajudar a criar políticas públicas voltadas para o campo, sobretudo relacionadas a questões como reforma agrária, fortalecimento da agricultura familiar, agroecologia e sustentabilidade. Políticas voltadas à produção que considerem a adversidade climática, com foco na agricultura restaurativa, resgatando matas e florestas.	<a href="https://www.gov.br/mda/pt-br/noticias/2024/01/conselho-discute-acoes-para-o-desenvolvimento-rural-nos-proximos-tres-anos">https://www.gov.br/mda/pt-br/noticias/2024/01/conselho-discute-acoes-para-o-desenvolvimento-rural-nos-proximos-tres-anos</a>



# Contribuições a associações

Em 2024, contribuímos com **R\$ 37,6 milhões** para entidades que atuam na defesa de causas de nosso interesse, associações comerciais e grupos isentos de impostos.

Total de contribuições		(R\$ mil)			
	2021	2022	2023	2024	
Entidades que atuam na defesa de causas de nosso interesse	32.241	33.425	34.159	35.557	
Campanhas/organizações / candidatos políticos locais, regionais ou nacionais	0	0	0	0	
Associação comercial e grupos isentos de imposto	2.354	2.490	2.656	2.053	
Outros (por exemplo, gastos relacionados à contagem de votos ou referendos)	0	0	0	0	
<b>Contribuição total</b>	<b>34.595</b>	<b>35.915</b>	<b>36.815</b>	<b>37.610</b>	

As contribuições mais relevantes em 2024 totalizaram **R\$ 35,7 milhões (94,9% do total)** e foram destinadas para as seguintes entidades:

- **Federação Brasileira de Bancos (Febraban):** principal entidade representativa do setor bancário brasileiro, é uma associação sem fins lucrativos que tem o compromisso de fortalecer o sistema financeiro e suas relações com a sociedade e contribuir para o desenvolvimento econômico, social e sustentável do País – R\$ 32,0 milhões.
- **Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (Abecs):** apoia e atua no mercado de cartões desde 1971 para um desenvolvimento sustentável do setor e tem por objetivo representar o setor de meios eletrônicos de pagamento, assegurando os interesses dos seus associados e contribuindo para o desenvolvimento do mercado e da sociedade – R\$ 2,49 milhões.
- **Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip):** tem por objetivo defender os direitos e interesses das entidades associadas, colaborar para o desenvolvimento e estimular o aperfeiçoamento do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), do Sistema de Financiamento Imobiliário (SFI) e do Sistema Financeiro Nacional (SFN) – R\$ 1,25 milhão.

Essas instituições têm o objetivo de fortalecer o sistema financeiro e suas relações com a sociedade, bem como contribuir para o desenvolvimento econômico e social do País e influenciar atividades legislativas e das câmaras de comércio, juntas comerciais e afins, entre outros.

Tais entidades exercem ainda um papel importante para a contínua melhoria da produtividade do sistema bancário, com redução e controle dos níveis de riscos; para uma maior eficiência da intermediação financeira, visando ao aumento da oferta de crédito e à redução do seu custo; e para a criação de condições que viabilizem o crescente acesso da sociedade a produtos e serviços financeiros. São também responsáveis pela realização e divulgação de estudos e pesquisas sobre o sistema financeiro, voltados ao seu aperfeiçoamento normativo e operacional.

Conforme previsto em nosso [Código de Ética](#), Proibimos o financiamento de partidos políticos ou candidatos a cargos públicos no Brasil e nos países em que atuamos em nome do Banco, ou de seus representantes.



# Materialidade

A materialidade orienta nossa estratégia de sustentabilidade e a identificação dos temas mais relevantes para nossos *stakeholders*. Revisamos esse processo a cada dois anos, garantindo alinhamento com diretrizes internacionais e práticas do mercado. Em 2024, conduzimos uma revisão abrangente baseada na avaliação de riscos e oportunidades ASG, estudos setoriais, *benchmarking*, análise de índices de mercado e consultas a públicos de interesse. A consulta online contou com a participação de 7.098 *stakeholders*, complementada por entrevistas aprofundadas, consolidando as percepções sobre os impactos reais e potenciais das nossas operações na economia, sociedade e meio ambiente.

Os resultados reforçam nosso compromisso com uma gestão sustentável e estratégica, refletindo as expectativas dos nossos *stakeholders* e fortalecendo o BB como agente de transformação socioeconômica. Os temas priorizados foram validados pelo Comitê Executivo de Sustentabilidade e integram nossa Agenda 30 BB, orientando nossos desafios e compromissos futuros.

## Matriz de materialidade





# Ambiental

32 Ecoeficiência

36 Estratégia de Conservação Ambiental

 Sumário Interativo



## Ecoeficiência

Buscando otimizar o uso de recursos naturais e reduzir impactos ambientais, adotamos o Índice de Ecoeficiência Operacional (IEO) que nos permite avaliar e monitorar o desempenho ambiental das nossas unidades, por meio da mensuração da redução de custos e do consumo de recursos naturais, como água, energia e papel, além da gestão dos resíduos descartados pelas dependências, conforme itens detalhados nas próximas páginas.

## Certificações

Ao fim de 2024, mantínhamos as seguintes certificações, que atestam o compromisso com a preservação Ambiental:

**Leadership in Energy and Environment Design (Leed):** selo relacionado à construção sustentável e concedido pelo Green Building Council, dos Estados Unidos. Trata-se de um sistema globalmente reconhecido para avaliar e certificar a sustentabilidade de edificações utilizado em mais de 160 países, e o Banco possui a certificação nas sedes em Brasília (DF) e São Paulo (SP).

Em 2024, a sede em Brasília (DF) recebeu a **certificação Leed O+M Platinum**, concretizando um avanço nas políticas de ASG do Banco do Brasil. A tipologia O+M foca na operação e manutenção dos empreendimentos e a pontuação Platinum é a classificação mais elevada dentro desse sistema.

**ISO 14001** do Sistema de Gestão Ambiental em funcionamento no edifício Sede BB, em Brasília (DF), CCBB (DF) e Edifício Torre Matarazzo, em São Paulo (SP). O Gerenciamento Ambiental do Banco do Brasil (GABBi) é verificado por auditorias interna e externa que atestam os requisitos da norma e comprovam a efetividade das ações ambientais relacionadas ao consumo de água, energia elétrica, coleta seletiva e serviços e o envolvimento das mais de oito mil pessoas residentes nos locais.



## Índice de ecoeficiência operacional

Buscando otimizar o uso de recursos naturais e reduzir impactos ambientais, adotamos o Índice de Ecoeficiência Operacional (IEO), um instrumento que avalia todas as nossas unidades em relação ao consumo de água, energia e papel, além da destinação adequada de resíduos. Essa iniciativa integra nossa estratégia de sustentabilidade e está alinhada ao compromisso de minimizar nossa pegada ambiental, promovendo o uso racional de recursos e a redução de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE).

Por meio do IEO, acompanhamos continuamente o desempenho ambiental de nossas unidades, garantindo a eficiência dos processos e incentivando práticas sustentáveis em toda a organização. Os principais critérios avaliados incluem:

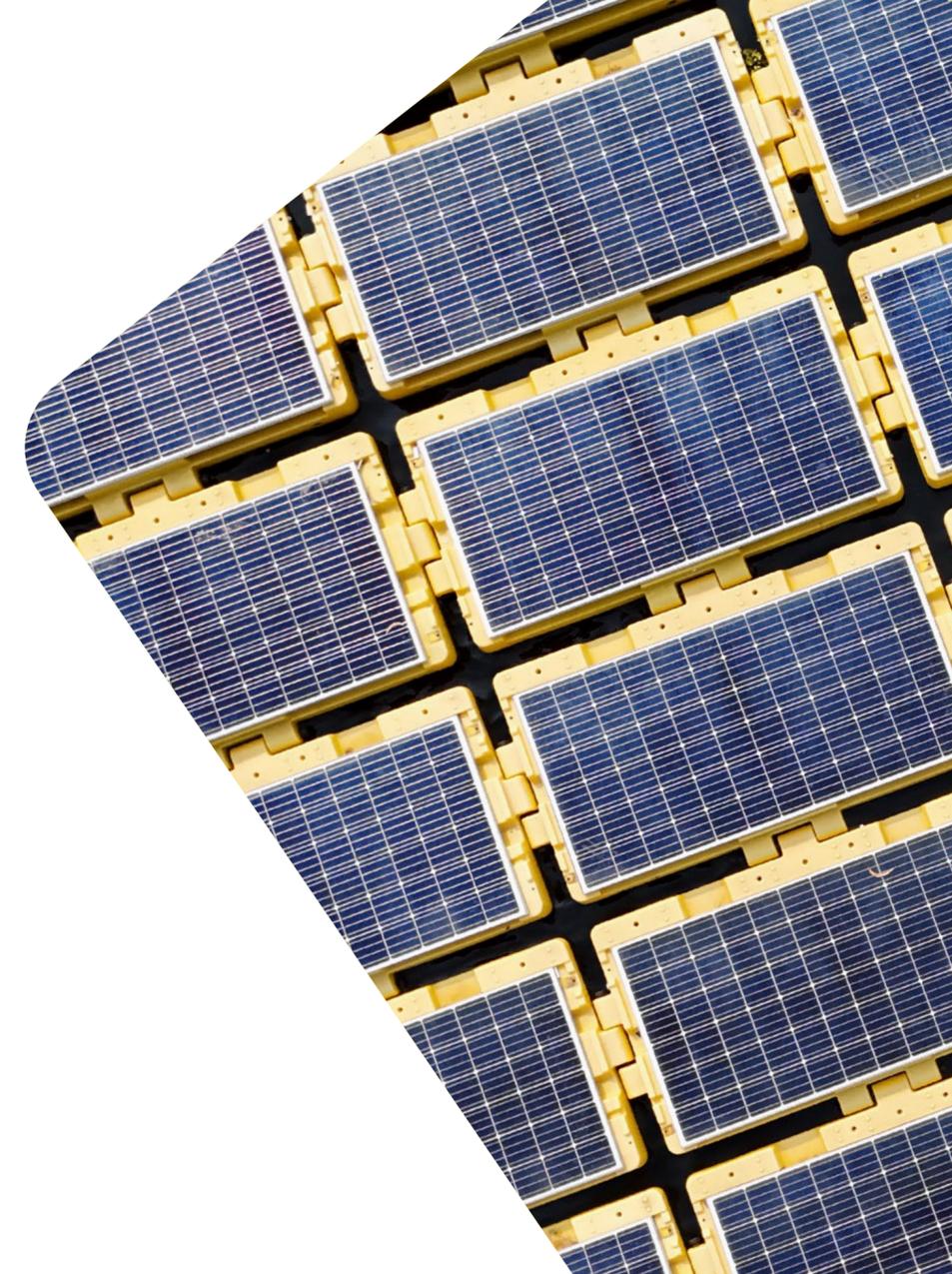
- **Água e energia elétrica:** avaliação pela média acumulada dos registros mensais de consumo da unidade, com meta de consumo igual ou inferior ao padrão regional estabelecido;
- **Uso de papel:** meta de redução linear de 4% do consumo em comparação ao menor consumo entre os dois semestres anteriores; e
- **Coleta seletiva:** avaliação pelo registro mensal do volume de resíduos descartados de forma seletiva (papel, plástico, metal e vidro) e encaminhados para a reciclagem.

## Energia

As unidades são avaliadas com base na média acumulada dos registros mensais de consumo de energia elétrica, tendo como meta manter os índices iguais ou inferiores ao padrão estabelecido para cada região.

### Usinas fotovoltaicas

Usinas em operação	UF
Porteirinha	MG
Iaciara	GO
Rio Paranaíba	MG
São Domingos do Araguaia	PA
Brasília	DF
Xique Xique	BA
Pedra Branca	CE
Loanda	PR
São Lourenço do Oeste	SC
Lins	SP
Rancharia	SP
Andradina	SP
Santanésia/Anta	RJ
Mucurici	ES
Uruguaiana	RS
Naviraí	MS
Juína	MT
Piancó	PB
Lagoinha do Piauí	PI



Usinas em construção	UF
São Caetano	PE
São Roque	SP
São Roque	SP
Batalha	AL



# Água

- 1
- 2
- 3

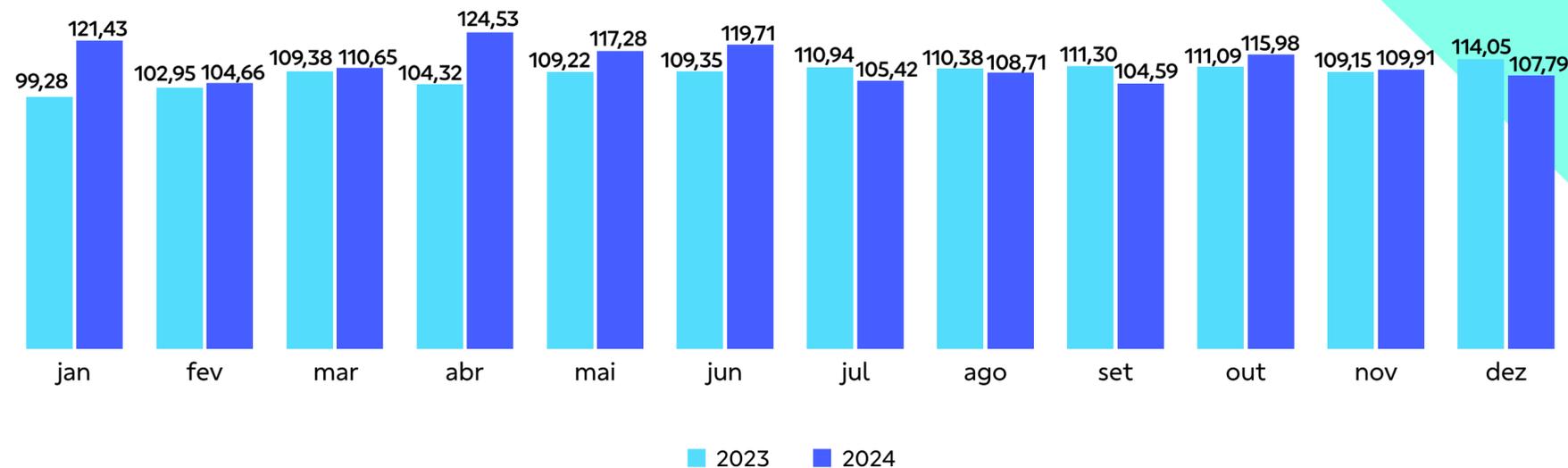
As unidades são avaliadas com base na média acumulada dos registros mensais de consumo de água, tendo como meta manter os índices iguais ou inferiores ao padrão estabelecido para cada região. Para apuração do consumo de água do Banco, foi utilizada a seguinte métrica:

**Consumo mensal = despesa mensal/valor médio mensal do m<sup>3</sup>**  
**Consumo total = somatório dos consumos mensais**

Foi considerado o reajuste de 9,88% ocorrido a partir de junho de 2024, impactando as faturas (despesas) de julho a dezembro.

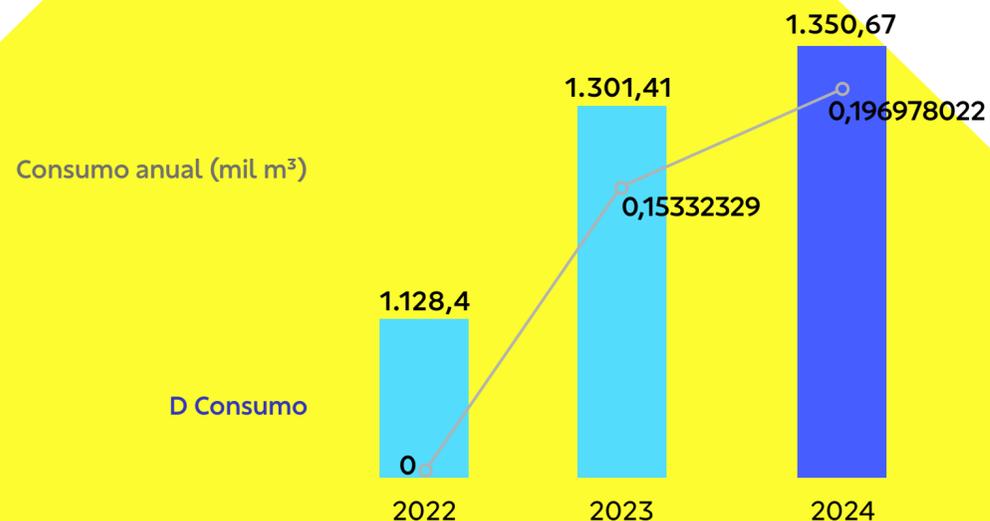
## Consumo de água mensal - 2023 x 2024

(mil m<sup>3</sup>)



## Consumo anual de água

(mil m<sup>3</sup>)



## Papel

Nosso programa BB Papel Zero tem como objetivo eliminar o uso de papel em nossos processos em todas as unidades do Banco. Além de reduzir impactos ambientais, a iniciativa gera economia ao diminuir despesas com impressão, transporte, armazenagem e insumos como toner, bobinas e materiais de arquivamento. Desde o lançamento em 2017, reduzimos as impressões em 54,98% até 2024.

Seguimos comprometidos com a redução de 12,75% até 2025, tomando como base os dados de 2022, e com a meta de 70% até 2028, em

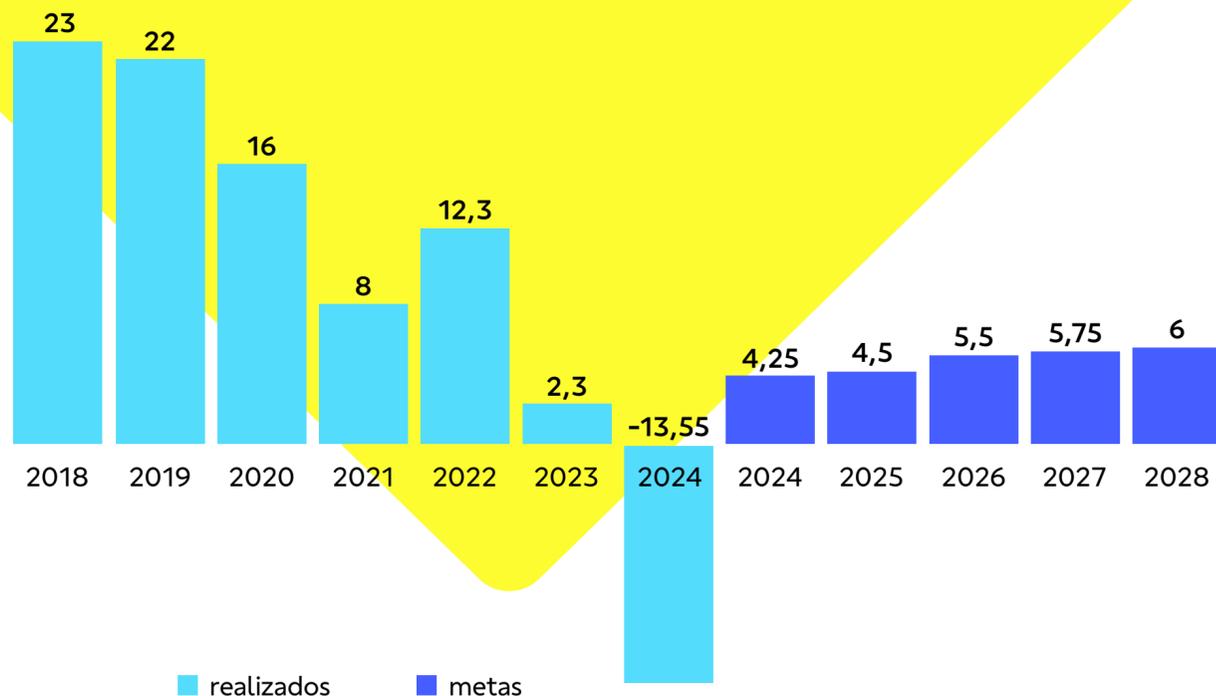
comparação com os volumes de 2017. Para isso, estamos revisando processos internos e ajustando nossas práticas às necessidades legais e às expectativas dos clientes.

A estratégia Arquivo Zero também tem contribuído significativamente para a redução no consumo de papel, minimizando o uso de materiais como pastas de cartolina, envelopes pardos e caixas de papelão. Essa iniciativa reforça nosso compromisso com a sustentabilidade e a eficiência no consumo de recursos.



## Papel – meta ou redução efetiva

(em %)



## Resíduos

Monitoramos mensalmente o volume de resíduos recicláveis (papel, plástico, metal e vidro) descartados de forma seletiva e destinados à reciclagem, ampliando a cobertura do Programa Coleta Seletiva em nossas unidades.

Programa de Coleta Seletiva	2023	2024	Variação % 2023-2024
Unidades com coleta seletiva implementada <sup>1</sup>	4.011	4.251	6%
Meta de implantação de novas unidades <sup>2</sup>	-	-	-

<sup>1</sup> Com relação à quantidade de unidades com coleta seletiva implementada, consideramos que 100% das nossas dependências têm acesso tanto ao Processo de Destinação de Bens Móveis, quanto ao Programa BB Lixo Zero (antigo Programa de Coleta Seletiva), mediante solicitação de recolhimento dos bens ou pedido de adesão ao programa. Dessa forma, fazemos a intersecção entre todas as dependências que tiveram pedidos atendidos de destinação e bens e as dependências que participavam do Programa BB Lixo Zero em 2024, atingindo o número final de 4.251 unidades com coleta seletiva implementada.

<sup>2</sup> Retiramos meta de inclusão de novas unidades em 2021, quando decidimos pela reestruturação do Programa de Coleta Seletiva, substituído pelo Programa BB Lixo Zero. Atualmente, concentramos o foco da gestão de resíduos em desvio de aterro, por meio de redução da quantidade de resíduos encaminhados à coleta pública em 20% até 2030 (ano-base 2020).

## Lixo Zero

Demos um novo passo em 2024 com o lançamento do Programa BB Lixo Zero, voltado à maximização da reciclagem de resíduos, redução de impactos ambientais e apoio a catadores de materiais recicláveis. Esse programa fortalece nossa responsabilidade socioambiental e está alinhado às nossas metas de sustentabilidade.

Para garantir os avanços planejados, promovemos ações de capacitação e engajamento para conscientizar nossos colaboradores e prestadores de serviço sobre a gestão eficiente de resíduos. Com isso, contribuimos para a redução de emissões de Gases

de Efeito Estufa (GEE) e o combate ao aquecimento global. Além disso, utilizamos o Portal GABBi para ampliar a participação e otimizar o gerenciamento de dados relacionados aos resíduos.

Já observamos resultados concretos, com a redução da emissão de resíduos entre 2023 e 2024. Nossa meta é diminuir em 20% o volume de resíduos encaminhados à coleta pública até 2030 (ano-base 2020), priorizando a reciclagem em vez do descarte em aterros. Para isso, estabelecemos uma redução linear de aproximadamente 3% a cada ano, incentivando práticas mais sustentáveis no dia a dia.



# Estratégia de Conservação Ambiental

O Banco do Brasil está na vanguarda do debate do impacto de suas operações nas questões sociais, ambientais e climáticas. Estamos comprometidos com o processo contínuo e rigoroso de internalização de práticas e providências que reforçam nosso firme posicionamento em sustentabilidade, destacadamente no crédito rural. Essa atuação é histórica e está presente como um dos pilares de nossa estratégia corporativa e permeia toda a organização e as iniciativas decorrentes.

A importância econômico-social do crédito rural e a relevância e protagonismo do BB para o desenvolvimento do agronegócio e da agricultura familiar, contribuindo para a geração de emprego, renda e qualidade de vida da população, sem descuidar da conservação dos recursos naturais, são fundamentais para a perenidade dos negócios, em bases sustentáveis, tornando referência e reconhecimento do mercado pelas externalidades positivas.

Por meio da sua atuação em Bioeconomia, o Banco do Brasil tem como principal objetivo, especialmente na região da Amazônia legal, contribuir para o crescimento econômico e social de toda a região.

Financiamos iniciativas que produzam impacto na geração de renda e contribuam para a redução de emissões de carbono, contemplando ações de combate ao desmatamento, de conservação da biodiversidade, de uso sustentável do solo e de recursos naturais, apoiamos projetos de geração de energia a partir de fontes renováveis e na melhoria da conectividade em áreas urbanas, rurais e florestais da Amazônia Legal, com prioridade para localidades isoladas. O objetivo é fomentar a aceleração da transição energética e reduzir gargalos de conectividade na região, principalmente em áreas rurais e de florestas onde ainda se usam fontes de combustíveis fósseis, promovendo sua substituição por energia solar fotovoltaica.

Na concessão de crédito, além da observância das legislações e regulamentações pertinentes, são adotadas políticas e iniciativas específicas que reforçam o compromisso e as práticas do BB quanto à responsabilidade socioambiental, como o cumprimento das regras de impedimento previstas no Manual de Crédito Rural, Capítulo 2, Seção 9, considerando os procedimentos a seguir:

- **Cadastro Ambiental Rural (CAR):** para a apuração de sobreposição com áreas protegidas e Embargos, o Banco avalia a sobreposição com o CAR apresentado na proposta de crédito.
- **Áreas protegidas:** são vedados financiamentos em empreendimentos que conste sobre sobreposição do CAR com Terras Indígenas, terras ocupadas e tituladas por remanescentes das comunidades de quilombos, Florestas Públicas Tipo B e áreas de Unidade de Conservação.
- **Áreas com embargo de órgão ambiental competente:** são vedados financiamentos em empreendimentos cujo CAR vinculado esteja sobreposto a embargos ambientais. São considerados todos os tipos de embargos ambientais disponíveis na análise de concessão de crédito, inclusive embargos por uso do fogo.



No Bioma Amazônia é exigida, ainda, a Certidão Negativa de Embargos (Ibama) do proponente, de forma complementar à exigência de verificação de regularidade do imóvel beneficiado com o crédito.

O BB realiza a verificação de Alertas de Desmatamento e solicita documentação e informações quando há indicação de área desmatada, evitando o financiamento em áreas com desmatamento ilegal.

Considera também no seu processo de análise e concessão de crédito, as regulamentações externas e orientações mercadológicas voltadas ao desmatamento e demais impactos ambientais que possam dificultar a comercialização da produção.

O BB também utiliza as informações da “lista restritiva” de trabalho escravo, não assumindo risco de crédito com clientes listados, além de adotar análise específica para proponentes com histórico negativo.

Para assegurar a conformidade, o Banco do Brasil possui processo robusto e automatizado, com uso de soluções analíticas que verificam se a área a ser financiada possui restrições legais ou vedações normativas, utilizando 27 bases públicas em nível nacional. Desde 2019, as operações são submetidas à ferramenta Diagnóstico Geo Socioambiental, com verificação caso a caso, que impede a contratação da operação no caso de sobreposição com as bases geográficas impeditivas.

Por meio da Estratégia de Conservação Ambiental e de processos inovadores e automatizados, o Banco do Brasil reforça seu comprometimento com a sustentabilidade, de forma pioneira e voluntária, garantindo a melhor alocação dos recursos destinados para o crédito rural, atendendo na integridade as exigências normativas. Nesse sentido, em 2024, o BB evitou que R\$ 12,8 bilhões fossem direcionados a áreas que não estão alinhadas com normas socioambientais e com os princípios de sustentabilidade do banco, o que representa 4,8% da quantidade total de operações acolhidas no mesmo período, apenas 3,2% de clientes agro e 6,2% do montante total concedido para o setor no ano.

Reforçando a adoção de boas práticas socioambientais nos negócios e apoiando clientes na transição para uma economia cada vez mais sustentável, o BB permanece como o principal parceiro do agro brasileiro, com 613 mil clientes ativos em financiamentos agro e R\$ 193 bilhões em contratações no período de 2024. Além disso, se orgulha de ter a maior carteira de crédito agro do país e de ser considerado o Banco mais sustentável do mundo pela 6ª vez. Isso só é possível graças a clientes que compartilham com o Banco o compromisso com a sustentabilidade e continuam a investir no campo, garantindo segurança alimentar na mesa das pessoas no Brasil e em todo o mundo, promovendo geração de emprego e renda, além de apoiar o desenvolvimento ambiental, social e econômico do país.

**613 mil clientes**  
ativos em financiamentos agro.

**R\$ 193 bilhões**  
em contratações  
em 2024.

**Em 2024, o BB evitou  
o direcionamento  
de R\$ 12,8 bilhões para áreas  
não alinhadas às normas  
socioambientais e aos princípios  
de sustentabilidade do banco.**



De forma diligente, conforme previsto no regulamento do crédito rural, e alinhada à nossa Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC), o BB também efetua o monitoramento constante e a fiscalização das operações de crédito rural, para verificar a adequação da condução do empreendimento pelo mutuário. Este processo de monitoramento e fiscalização busca identificar operações com indícios de irregularidades e prevenir possíveis desvios de finalidade na contratação e na condução dos empreendimentos financiados.

O Banco também é signatário do Sistema de Autorregulação Bancária (SARB) da Febraban e, sob a luz da SARB 26, que regulamenta a relação de crédito com matadouros e frigoríficos de abate bovino localizados na Amazônia Legal<sup>1</sup> e Maranhão e livres de desmatamento ilegal, bem como buscando promover a adoção das melhores práticas no setor, implementou o Programa Pecuária Mais Sustentável, incentivando principalmente a recuperação de áreas degradadas, a gestão mais qualificada do empreendimento, a adoção de tecnologias e boas práticas, o bem-estar e a rastreabilidade dos animais e da produção, fortalecendo a sustentabilidade da atividade.

Cabe destacar que possuímos os 12 Compromissos BB 2030 para um Mundo + Sustentável, que trazem objetivos em quatro frentes de atuação, incluindo o crédito sustentável e o investimento responsável, e abrangendo nossa atuação na gestão ASG e climática, buscando gerar impactos positivos na cadeia de valor.

Nesse contexto, o BB assumiu o compromisso de atingir, até 2030, um volume de carteira de R\$ 500 bilhões em crédito sustentável, dos quais R\$ 200 bilhões em agricultura sustentável, além de R\$ 30 bilhões em financiamento a energias renováveis. O Banco também se compromete a alcançar 1 milhão de hectares conservados e/ou reflorestados até 2025.

Por fim, o Banco do Brasil reafirma seu compromisso com a mitigação dos riscos sociais, ambientais e climáticos em suas operações de crédito rural. Ao aprimorar continuamente suas ferramentas de análise e monitoramento, o Banco não só garante a conformidade com as regulamentações, mas também desempenha um papel crucial na redução dos impactos negativos no meio ambiente.

**O BB não apenas monitora e fiscaliza diligentemente as operações de crédito rural para garantir conformidade regulatória, mas também promove práticas sustentáveis através de programas como o Pecuária Mais Sustentável e os 12 Compromissos BB 2030.**



<sup>1</sup>Instituída através da Lei 1.806/1953, engloba a totalidade de oito estados (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins) e parte do estado do Maranhão.



# Gestão de pessoas no Banco do Brasil

## Social

- 39 Gestão de pessoas no Banco do Brasil
- 52 Saúde, segurança e bem-estar
- 49 Inclusão financeira
- 61 Direitos Humanos

No Banco do Brasil, buscamos constantemente equilibrar a competitividade empresarial com a construção de um mundo mais sustentável e socialmente justo. Para isso, alhamos nossa gestão de pessoas às melhores práticas de mercado, sempre em sintonia com as transformações do setor financeiro e as demandas do cenário nacional e internacional. Em nossa estratégia de sustentabilidade, consideramos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU como referência, fortalecendo o compromisso com a geração de valor para a sociedade.

Nossa abordagem de gestão de pessoas é orientada por princípios de meritocracia, compromisso com os valores institucionais, transformação cultural e digital, inovação e melhoria da experiência, tanto dos clientes quanto dos funcionários. Além disso, priorizamos a segurança e a saúde no trabalho como pilares fundamentais, adotando práticas que garantam ambientes saudáveis e seguros para todos.

Apostamos no desenvolvimento contínuo de nossos colaboradores e incentivamos o planejamento e o crescimento profissional, por meio de programas corporativos de sucessão e ascensão de carreira, alinhando as expectativas individuais às estratégias organizacionais. Investimos em ações que promovem a atração e retenção de talentos, o fortalecimento do capital humano e o bem-estar ocupacional, garantindo o engajamento e a satisfação dos funcionários, fatores essenciais para a competitividade do negócio.

A diversidade e a inclusão são aspectos materiais para a sustentabilidade do Banco do Brasil. Valorizamos a representatividade de gênero e raça em nossos quadros, pois entendemos que equipes diversificadas, compostas por profissionais com diferentes origens, habilidades e experiências, também contribuem para a inovação e o alcance dos objetivos organizacionais.

**A diversidade e a inclusão são aspectos materiais para a sustentabilidade do Banco do Brasil.**



## Desenvolvimento do capital humano

A educação corporativa é um recurso para alcançarmos o propósito e os objetivos estratégicos do Banco, além de reforçar os valores organizacionais. Por meio de diversos programas, contribuimos para o desenvolvimento profissional de todos os funcionários (independentemente de sua carga horária) e geramos valor para os negócios do Banco. Para conhecer mais sobre as iniciativas de desenvolvimento de pessoas, acesse o [Portal da Universidade Corporativa Banco do Brasil \(UniBB\)](#).

Alguns dos programas em destaque no ano 2024:

### Mentoria para carreira

A mentoria é uma ferramenta poderosa para o desenvolvimento de habilidades, oferecendo orientação e suporte. O mentor compartilha experiências, acelerando o crescimento do mentorado. Em 2024, foram 51 programas com 8.219 mentorados. O BB lançou o Mentoria para Carreira, programa permanente para apoiar o desenvolvimento e planejamento de trajetória dos funcionários. A Universidade Corporativa do BB oferece o Portal Mentoria BB, ambiente online que apoia os processos de orientação profissional.

### Aprendizado em rede

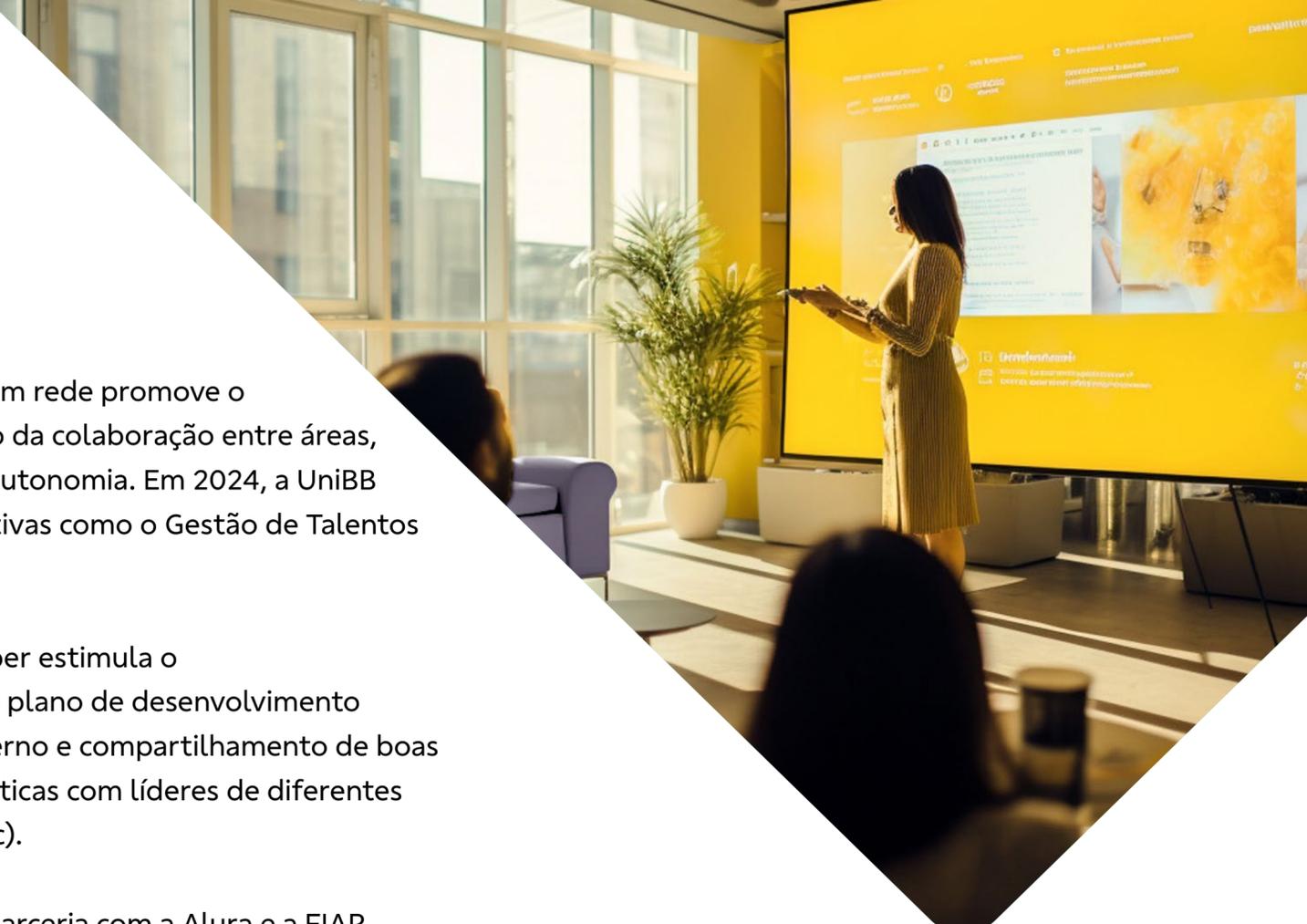
No Banco do Brasil, o aprendizado em rede promove o desenvolvimento contínuo por meio da colaboração entre áreas, troca de experiências e incentivo à autonomia. Em 2024, a UniBB impulsionou essa cultura com iniciativas como o Gestão de Talentos Super e o Evolution Skills.

O programa Gestão de Talentos Super estimula o autodesenvolvimento com apoio de plano de desenvolvimento individual, apoiado por mentor externo e compartilhamento de boas práticas em rodas de conversa temáticas com líderes de diferentes pilares (varejo, atacado, governo etc).

Já o Evolution Skills, realizado em parceria com a Alura e a FIAP, oferece capacitação em Ciências da Computação, com trilhas online e bolsas de pós-graduação para 170 dos 1.685 inscritos, em temas estratégicos para o Banco.

### Desenvolvimento de lideranças

Em 2023, foi lançado o programa de Mentoria para Lideranças Negras, em parceria com a Piraporiando, com até 300 participantes e seis meses de mentorias. A iniciativa está alinhada ao Pacto Global e fortalece a diversidade no BB. Desde 2018, o Programa Liderança Feminina promove a equidade de gênero, estimulando o debate interno sobre o tema e contribuindo para a disseminação de uma cultura organizacional mais inclusiva. Em 2024, mais de 4.160 funcionários concluíram a trilha na plataforma virtual.



**1.685** inscritos  
no programa Evolution Skills

**170** bolsas de pós-graduação oferecidas



## Educação cultural

Em 2024 o BB firmou um Acordo de Cooperação Técnica com o Ministério da Igualdade Racial (MIR) para oferecer o Certificado em Estudos Afro-latino-americanos, ofertado pelo instituto de pesquisa da Universidade de Harvard. O público-alvo foram 159 funcionários do MIR, da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República e do Banco do Brasil. Do total de vagas, 84 foram oferecidas para o BB, distribuídas entre colegas que atuam em áreas estratégicas para criação de ações afirmativas e representantes do grupo autoorganizado BB Black Power, com o intuito de atuarmos de forma mais assertiva, a partir do letramento racial. Enquanto intermediador financeiro, o BB tem potencial para gerar grande impacto na sociedade, propondo ações de reparação e erradicação do racismo.

O curso online, com duração de até 6 meses, aborda experiências, histórias e desafios da população afrodescendente na América Latina. A turma terá contato com práticas internacionais de enfrentamento ao racismo. A parceria com o Instituto Alari visa capacitar profissionais para ações de igualdade racial. A iniciativa integra o protocolo de intenções assinado em julho de 2023 entre BB e MIR.

## Trilha de Educação Previdenciária

O Banco do Brasil possui uma trilha de aprendizado para a aposentadoria. São 17 cursos que abordam temas essenciais sobre previdência social e complementar, planos de serviços da Previ, regimes de tributação políticas de investimentos, entre outros cursos. A conclusão de 100% da trilha é pré-requisito para participar de processos seletivos da Previ. Mais de 34 mil participantes já concluíram a trilha desde 2017.

## AcademIA

O BB tem investido continuamente no avanço da Inteligência Artificial (IA) para aprimorar a experiência do cliente, otimizar a eficiência operacional e fortalecer a segurança digital. A implementação de soluções baseadas em IA generativa e machine learning tem permitido personalizar interações, automatizar processos e mitigar riscos, tornando nossos serviços mais ágeis, seguros e acessíveis. E para atingir esses objetivos é essencial investir no desenvolvimento dos funcionários.

O AcademIA tem como objetivo mostrar de forma simples e descomplicada que Inteligência Artificial e Analítica é para todos. O programa adota uma proposta de aprendizagem que contempla todos os níveis de conhecimento, oferecendo uma jornada de ensino baseada em projetos com foco em desafios reais do dia a dia relacionados aos seguintes eixos temáticos: IA e Ciência de Dados, Engenharia de Dados, DataViz e Web Analytics.

O AcademIA se destacou como o principal programa de capacitação em IA e dados do BB, com mais de 24 mil inscrições, sendo que 41% de mulheres. Na live de lançamento participaram mais de 5.900 funcionários. Nas lives de conteúdo foram mais de 17 mil participantes, mais de 112 mil cursos concluídos nas trilhas de conhecimento. Foram mais de 90 horas ao vivo, mais de 100 horas de conteúdo gravado, além de conteúdos extras e mentorias para auxiliar na resolução dos desafios práticos. Totalizamos mais de 5 mil desafios enviados e mais de 4.700 pessoas certificadas, das quais 36,4% eram mulheres. Destaque que mais de 1.200 certificados foram no mais alto nível de proficiência do programa.

**Na live de lançamento da AcademIA participaram mais de 5.900 funcionários.**





## Retorno sobre investimento em capital humano

Para avaliar o retorno sobre investimento com capital humano, o Banco do Brasil utiliza o HC ROI, que, em 2024, registrou 7,75, representando elevação de 2,69% em comparação com o resultado de 2023, acompanhando a tendência de evolução dos últimos anos, o que indica bons índices de retorno de investimento em capital humano pelo Banco do Brasil.

Os valores das despesas com operação referem-se às despesas de intermediação financeira.

As despesas com funcionários referem-se às despesas de pessoal, disponíveis no Relatório de Desempenho 4T2024, página 4, em <https://ri.bb.com.br/informacoesfinanceiras/central-de-resultados/>. Os indicadores de desempenho do capital humano são monitorados para medir a execução da estratégia de desenvolvimento deste capital. Além de indicadores financeiros, são observados dados como a quantidade de funcionários com, no mínimo, 40 horas de capacitação anuais em cursos priorizados pelo

BB para gestores e demais funcionários, de acordo com sua função e área de atuação.

Além disso, são considerados também os cursos presenciais ou à distância, além de cursos de escolha do próprio funcionário.

São acompanhadas, ainda, as médias de horas de treinamento presencial por funcionário, horas de treinamento à distância e de acessos diários ao Portal da Universidade Corporativa Banco do Brasil (UniBB). Também são acompanhados indicadores de custos, como: valor total investido em programas de capacitação; investimento em treinamento por empregado; redução de despesas com deslocamento e hospedagem em função do programa de *e-learning*; e percentual de utilização do orçamento de educação corporativa alocado em cada unidade da Empresa.

A tabela a seguir indica a série histórica do HC ROI desde 2022:

	2021	2022	2023	2024
a) Total da receita	174.379.983	293.344.926	322.439.982	346.983.616
b) Total das despesas com operação(1)	68.152.404	159.851.103	170.867.643	182.710.523
c) Total das despesas com funcionários (salários e benefícios) (2)	21.004.981	21.570.030	23.137.883	24.320.954
Resultado HC ROI (a- (b-c)) / c	6,05725661	7,188856622	7,550830039	7,754385251
FTE	72.676	73.648	73.800	74.077

### Treinamento e desenvolvimento

Nas tabelas abaixo, apresentamos os principais indicadores referentes a treinamento e desenvolvimento de pessoal em 2024, calculados com base em *Full-Time Equivalent* (FTE). Os indicadores referentes ao número total de funcionários do BB podem ser consultados no Relatório Anual 2024.

#### Média de horas por FTE de treinamento e desenvolvimento

	2023	2024
<b>Total de horas de treinamento e desenvolvimento</b>	<b>11.238.409</b>	<b>12.470.385</b>
FTE	73.800	74.077
Média de horas de treinamento e desenvolvimento por FTE	152,28	168,34

#### Valor médio gasto por FTE em treinamento e desenvolvimento

(R\$)

	2023	2024
<b>Total de horas de treinamento e desenvolvimento</b>	<b>80.200.000</b>	<b>96.823.173,00</b>
FTE	73.800	74.077
Valor médio investido por FTE em treinamento e desenvolvimento	1.086,7	1.307,06



## Média de horas por FTE de treinamento e desenvolvimento, estratificada por gênero

Gênero	2023			2024		
	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total
<b>Total de horas de treinamento e desenvolvimento</b>	<b>4.531.490</b>	<b>6.706.919</b>	<b>11.238.409</b>	<b>4.937.303</b>	<b>7.533.082</b>	<b>12.470.385</b>
FTE	30.180	43.620	73.800	30.013	44.064	74.077
Média de horas de treinamento e desenvolvimento por FTE	150,14	153,75	152,28	164,50	170,95	168,34

## Média de horas por FTE de treinamento e desenvolvimento

Função	2023					2024				
	Gerência	Assessoramento	Operacional	Técnico	Total	Gerência	Assessoramento	Operacional	Técnico	Total
<b>Total de horas de treinamento e desenvolvimento</b>	<b>3.833.127</b>	<b>1.520.993</b>	<b>5.725.325</b>	<b>158.964</b>	<b>11.238.409</b>	<b>4.292.895</b>	<b>2.178.105</b>	<b>5.779.549</b>	<b>219.836</b>	<b>12.470.385</b>
FTE	31.375	8.787	32.665	973	73.800	31.438	10.002	31.631	1.006	74.077
Média de horas de treinamento e desenvolvimento por FTE	122,17	173,1	175,27	163,37	152,28	136,55	217,76	182,71	218,52	168,34

## Média de horas por FTE de treinamento e desenvolvimento, estratificada por raça

Raça	2023							2024						
	Amarela	Branca	Indígena	Parda	Preta	Não informado	Total geral	Amarela	Branca	Indígena	Parda	Preta	Não informado	Total geral
<b>Total de horas de treinamento e desenvolvimento</b>	<b>324.212</b>	<b>7.889.697</b>	<b>19.659</b>	<b>2.523.135</b>	<b>481.119</b>	<b>587</b>	<b>11.238.409</b>	<b>362.811</b>	<b>8.536.603</b>	<b>26.844</b>	<b>2.953.862</b>	<b>589.134</b>	<b>1.131</b>	<b>12.470.385</b>
FTE	2.100	52.740	122	16.058	2.777	3	73.800	2146	52.149	130	16.654	2.994	4	74.077
Média de horas de treinamento e desenvolvimento por FTE	154,38	149,59	161,13	157,12	173,25	195,66	152,28	169,06	163,69	206,49	177,36	196,77	282,75	168,34



## Média de horas por FTE estratificadas por faixa etária

Faixa etária	2023				2024			
	< 30 anos	30 - 50 anos	> 50 anos	Total geral	< 30 anos	30 - 50 anos	> 50 anos	Total geral
Carga horária	657.486	8.322.458	2.258.465	11.238.409	997.607	8.969.232	2.496.656	12.463.495
FTE	2.676	54.252	16.872	73.800	3.021	52.845	18.211	74.077
Média de horas por FTE	245,7	153,4	133,86	152,28	330,2	169,7	168,3	168

## Atração e retenção de talentos

A valorização de talentos é um pilar estratégico para o Banco do Brasil, fundamental para a sustentabilidade dos negócios e para a manutenção de nossa competitividade, em um cenário de transformação digital e foco no cliente. Investimos continuamente na atração, retenção, satisfação e desenvolvimento de nossos profissionais, assegurando um ambiente de trabalho inclusivo e alinhado às necessidades do mercado.

No BB, as seleções e contratações externas ocorrem por meio de concurso público, conforme a demanda de pessoal em cada região. A exceção se aplica a funções específicas, como assessores especiais e o secretário particular da Presidência, que seguem critérios de livre nomeação e exoneração, conforme previsto em nosso Estatuto Social. O processo de seleção leva em consideração não apenas as exigências técnicas do cargo, mas também iniciativas voltadas à inclusão social, promovendo diversidade e equidade no ambiente corporativo.

As movimentações internas são realizadas entre os próprios funcionários do Banco, com base na qualificação e nos requisitos específicos de cada função. Esse modelo permite o crescimento profissional dentro da Organização, incentivando a capacitação e a progressão na carreira.

Em 2024, contamos com 86.574 funcionários contratados via concurso público sob regime CLT, além de 32 estatutários e 452 estagiários. Seguimos a legislação trabalhista brasileira, que estabelece uma carga horária diferenciada de 6h a 4h para determinadas funções do setor bancário, como escriturários, caixas, estagiários e aprendizes.

Reafirmamos nosso compromisso com a excelência na gestão de pessoas, promovendo oportunidades de desenvolvimento e crescimento dentro do BB. Mais detalhes sobre nossos indicadores e políticas de gestão de talentos podem ser encontrados no Relatório Anual 2024.

Em 2024, o Banco do Brasil foi reconhecido pelo 12º ano consecutivo pelo Instituto TOP EMPLOYERS – fundação independente holandesa de pesquisa, que reconhece os empregadores que desenvolvem talentos em todos os níveis da organização e que se esforçam para otimizar continuamente as políticas e práticas de gestão de pessoas. Trata-se da única empresa brasileira reconhecida em todas as edições da pesquisa.

O processo de certificação é objetivo e analisa em profundidade a excelência dos seguintes quesitos: Estratégia de Talentos, Planejamento de Pessoal, Integração, Capacitação e Desenvolvimento, Gestão de Desempenho, Desenvolvimento de Lideranças, Gestão de Carreira e Sucessão, Remuneração e Benefícios e Cultura Corporativa.



## Novas contratações (FTE)

	2022		2023		2024	
	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
<b>Contratações no período</b>	3.717	38,43	2.327	26,95	1.808	14,09
<b>Faixa etária</b>						
< 30 anos	2.171	58,41	1.521	65,37	926	51,22
30-50 anos	1.481	39,84	768	33	834	46,13
> 50 anos	65	1,75	38	1,63	48	2,65
<b>Gênero</b>						
Homens	2.827	76,06	1.960	84,23	1.487	82,25
Mulheres	890	23,94	367	15,77	321	17,75
<b>Custo médio de contratação (R\$)</b>	<b>310,45</b>		<b>320</b>		<b>400,00</b>	

## Vagas internas preenchidas por funcionários (FTE)

	2022		2023		2024	
	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
<b>Preenchimentos no período</b>	5.955	61,57	6.309	73,05	11.031	85,91
<b>Faixa etária</b>						
< 30 anos	423	7,1	958	15,18	506	4,58
30-50 anos	5.204	87,39	5.054	80,11	8.944	81,08
> 50 anos	328	5,51	297	4,71	1.581	14,34
<b>Gênero</b>						
Homens	3.500	58,77	3.724	59,03	6.411	59,02
Mulheres	2.455	41,23	2.585	40,97	4.520	40,98

## Quadro de Funcionários no Exterior por país

Ano/País	2022	2023	2024	Total Geral
Alemanha	1	2	1	4
Argentina	6	7	6	19
Austria	5	5	4	14
Chile	-	1	-	1
China	2	1	2	5
Cingapura	-	-	-	-
Estados Unidos	12	13	12	37
França	-	-	-	-
Ilhas Cayman	2	1	1	4
Japão	8	5	5	18
Paraguai	1	1	1	3
Portugal	-	1	-	1
Reino Unido	8	7	8	23
<b>Total geral</b>	<b>47</b>	<b>42</b>	<b>40</b>	<b>129</b>



Diversos estudos vêm demonstrando que a flexibilidade no trabalho é um componente que exerce influência direta em aspectos como engajamento, retenção e satisfação dos colaboradores. Deste modo, temos buscado evoluir constantemente em nosso modelo de Trabalho Remoto Institucional (TRI), que é essencialmente híbrido, permitindo combinar a flexibilidade do remoto com a interação presencial e consequente manutenção e fortalecimento da cultura organizacional.

Consideramos que a flexibilidade no trabalho é fundamental para atender às demandas e desafios do mundo moderno, visto que um ambiente de trabalho flexível permite que os funcionários equilibrem melhor suas responsabilidades pessoais e profissionais, com mais autonomia, o que contribui para uma percepção positiva de bem-estar geral e aumento da produtividade. Além disso, considerando aspectos como redução de deslocamentos, menos uso de transporte público e mudança nos hábitos de consumo, podemos concluir que o trabalho remoto contribui positivamente para a redução da emissão de gases de efeito estufa, com impacto positivo no meio ambiente.

Seguem alguns números do TRI no BB, bem como dados da última pesquisa de satisfação do trabalho remoto realizada em 2024:

Grandes números (fevereiro/2025):

Unidades habilitadas

**465**  
prefixos

**27.627**  
funcionários público-alvo

**22.539**  
funcionários com acordo de TRI ativo

**9.661**  
Média de realização de TRI por dia

**Pesquisa de Engajamento de Funcionários**

A Pesquisa de Engajamento é realizada em parceria com a Gallup, uma renomada empresa de consultoria e pesquisa que desenvolve ferramentas e metodologias para aprimorar o desempenho e o engajamento de pessoas e instituições. Essa iniciativa nos permite avaliar o nível de engajamento de nossos funcionários e comparar nossos resultados com empresas no Brasil e no mundo, oferecendo *insights* estratégicos para a gestão de pessoas.

Dentre os aspectos abordados na Pesquisa, destacam-se: a avaliação da satisfação no trabalho, a motivação e o propósito do trabalho, comprometimento, desenvolvimento, reconhecimento, oportunidades, entre outros. Em 2024, a pesquisa foi respondida por 60% dos funcionários de 74.726 elegíveis (FTE), incluídos os da rede externa. Veja resultados na tabela ao lado.

**Pesquisa de engajamento Banco do Brasil - FTE**

	2021	2022	2023	2024	Meta
Índice de Engajamento	66,1	63,8	67,1	70,5	70,0
Cobertura <sup>1</sup> (abrangência)	17%	28%	62%	60%	

<sup>1</sup>Em 2021 e 2022 foi considerada uma amostragem de 50.000 elegíveis. Em 2023 e 2024 foi considerado como elegível: o total de funcionários ao final do ano, excluindo ausências (férias, licenças, abonos em geral, etc.).



## Avaliação corporativa de desempenho

A remuneração variável de nossos funcionários está atrelada ao Acordo de Trabalho - Conexão, que mede o desempenho das unidades em relação às metas estratégicas estabelecidas. Esse modelo impacta diretamente a remuneração variável dos funcionários, por meio do pagamento da Participação nos Lucros e Resultados (PLR) e da Remuneração Variável da Diretoria Executiva (RVA).

As unidades organizacionais são avaliadas com base em um conjunto de métricas de performance alinhadas a temas estratégicos priorizados pelo Banco. Entre os principais temas monitorados, estão: desempenho financeiro, ASG, gestão de pessoas, conformidade, riscos operacionais e de crédito, processos, inovação e experiência do cliente. Também são consideradas métricas relacionadas à inovação, estimulando soluções que agreguem valor aos negócios e ao relacionamento com os clientes. Para garantir a efetividade do modelo,

os indicadores são revisados periodicamente, mantendo-os desafiadores e alinhados à Estratégia Corporativa do BB.

O gerenciamento de riscos é um aspecto fundamental da avaliação de desempenho das unidades organizacionais. Os indicadores utilizados consideram as especificidades de cada área e englobam fatores como gestão de perdas operacionais, controle da inadimplência, equilíbrio entre risco e resultado, segurança de ambientes físicos, mitigação de riscos e eficácia dos modelos de gestão de riscos.

Também incorporamos métricas Ambientais, Sociais e de Governança (ASG) na avaliação de desempenho. Entre os principais indicadores monitorados, estão o incentivo às finanças sustentáveis, ações de ecoeficiência, cumprimento das metas da Agenda 30 BB e promoção da diversidade.

**A integração de métricas Ambientais, Sociais e de Governança (ASG), na avaliação de desempenho, demonstra o compromisso do Banco não apenas com objetivos financeiros, mas também com a sustentabilidade e a responsabilidade social.**





## Diversidade, equidade e inclusão

O Banco do Brasil adota práticas éticas e responsáveis em suas relações com os diversos públicos, com foco no respeito aos artigos da Carta de Declaração Internacional de Direitos Humanos da ONU e na sustentabilidade. Nossas ações são alinhadas aos pilares ASG e promovem iniciativas de Diversidade, Equidade e Inclusão (DE&I), com constante aprimoramento de políticas e ações. O BB foi o primeiro banco brasileiro a adotar os Padrões de Conduta da ONU, garantindo direitos iguais e tratamento justo para a comunidade LGBTQIAPN+. Também foi a primeira instituição financeira do país a normatizar o uso do nome social de pessoas trans.

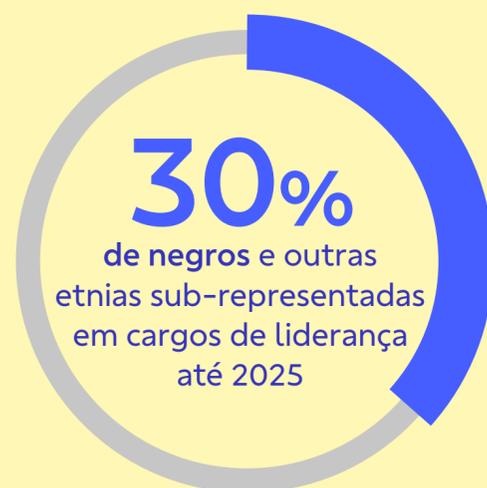
Ao considerar o nosso propósito de sermos “próximos e relevantes na vida das pessoas em todos os momentos”, fica evidente que as nossas metas estão intrinsecamente ligadas à promoção de um ambiente equitativo, diverso e multifacetado. Ao impulsionar a diversidade, criamos os meios para superar o desafio de aperfeiçoar “como” realizamos o trabalho e otimizamos os resultados.

As empresas que são diversificadas, equitativas e inclusivas são mais capazes de responder aos desafios, de conquistar os melhores talentos e de satisfazer as necessidades de diferentes bases de clientes.

Somos embaixadores do Pacto Global da Onu – Rede Brasil, nos movimentos Raça é Prioridade, Elas Lideram e Salário Digno.

No relacionamento com fornecedores dispomos de processo de *Due Diligence* Integrada, que contempla as dimensões Ambiental, Social (Direitos Humanos) e Integridade como ação de gerenciamento de risco multidimensional. Na dimensão Social do formulário, são observados os aspectos: trabalho forçado ou compulsório e/ou trabalho infantil; assédio moral ou sexual e/ou discriminação; discriminação em matéria de emprego e ocupação; satisfação dos funcionários; melhoria da qualidade de vida dos funcionários; relacionamento com a comunidade local, visando seu desenvolvimento; fatores de diversidade, como gênero, cor, etnia, orientação sexual, país de origem ou nacionalidade; empregabilidade de pessoas com deficiência, dentre outros.

A Diversidade é um dos valores do BB e está presente na Estratégia Corporativa, com desdobramento no Plano Diretor 2024-2028, traduzido nos indicadores:



**O Banco do Brasil é o primeiro banco brasileiro a adotar os Padrões de Conduta da ONU.**





No ano de 2024, o Banco continua sua jornada de ampliação da atuação em Direitos Humanos e Diversidade, Equidade e Inclusão com uma série de ações e medidas, das quais, cabe destacar:

- **Revisão da governança decisória**, que passa a deliberar sobre a temática de DH e DE&I no Comitê Executivo de Sustentabilidade, que é composto por vice-presidentes e diretores. O comitê tem periodicidade trimestral e é responsável pela aprovação e acompanhamento das iniciativas do Plano de Sustentabilidade, da Agenda 30 BB e das diretrizes de atuação em sustentabilidade, bem como, pela aprovação de diretrizes e objetivos relativos ao Programa de Diversidade, Equidade e Inclusão, dentre outros assuntos.
- **Criação de 14 Fóruns Regionais de Diversidade, Equidade e Inclusão (DE&I)** e Experiência do Funcionário (EX), espalhados por todas as regiões do país, cujo objetivo é o de ampliar a representatividade do corpo funcional, enriquecer os debates e promover trocas de experiências nas temáticas de DE&I e EX. Os Fóruns se inserem na governança do Banco do Brasil sobre o tema. A eleição ocorreu de forma direta e contou com a participação de mais de 17 mil votantes. Foram escolhidas pessoas representantes dos seis marcadores sociais de diferença priorizados pelo BB: Gênero, Raça/Etnia, LGBTQIAPN+, Pessoas com Deficiência (PcD), Neurodivergentes, Gerações, além de uma vaga para categorial geral. Foram eleitos(as) 93 titulares e 76 suplentes.
- **Lançamos a Autodeclaração de Pessoas com Deficiência (PcD) para clientes no App BB**. A ação aproxima ainda mais o BB das mais de 18 milhões de pessoas com deficiência e permite hiperpersonalizar os produtos, serviços e atendimentos para esse público.

- **BB e BNDES anunciaram que atuarão em conjunto para a retomada do programa Caminhos da Escola**. Trata-se de uma linha de crédito que visa a renovação da frota de ônibus e embarcações nas prefeituras, com um orçamento inicial de R\$ 1 bilhão. O programa beneficia cerca de 15 milhões de estudantes em todo o país.
- **Lançamos o Programa Primeira Exportação - Edição Mulheres no Mundo**, que tem por objetivo capacitar e dar assessoria para que empresas lideradas por mulheres realizem a primeira exportação.
- **Somos pioneiros no desenvolvimento de um produto do mercado financeiro brasileiro** que premia mulheres de 16 a 75 anos que investem nos títulos Educa+ do Tesouro, disponibilizando apólice coletiva do BB Seguro Vida Mulher, com diversos benefícios.
- **O BB lançou o primeiro cartão totalmente impresso em braile do Brasil**. Esta iniciativa destaca o compromisso contínuo da Instituição em tornar seus serviços mais acessíveis, garantindo que todos os clientes, especialmente aqueles com deficiência visual, possam desfrutar de uma experiência bancária mais autônoma e inclusiva.
- **Fundação BB e Fundação Cultural Palmares** firmaram Protocolo de Intenções para apoiar a população negra brasileira em áreas como cultura, educação, trabalho, renda e patrimônio cultural.
- **Em conjunto com outras empresas estatais federais, foi formalizada a adesão ao Pacto pela Diversidade, Equidade e Inclusão (Pacto DEI)**, coordenado pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI).





- **Em outubro**, o BB lançou a ação História e Memória de Afrodescendentes e Povos Originários no Brasil. Esta ação está pautada, dentre outros temas, nas nossas diretrizes de Diversidade, Equidade e Inclusão e nos nossos pactos e compromissos firmados com a promoção da igualdade racial, que reafirmam nossas origens e ancestralidade, tão importantes para a construção contemporânea de nossa identidade brasileira. O objetivo é renomear até 30 agências nas cinco regiões do país, como forma de reconhecer e valorizar a contribuição dessas personalidades e comunidades para a sociedade, cultura e economia de nosso país.
- **Em novembro**, celebramos o Mês da Consciência Negra, período de grande relevância para refletirmos sobre a luta e a resistência da população negra no Brasil e no mundo. Instituído como feriado nacional pela primeira vez, em 2024, o momento nos convoca a reverenciar a cultura africana e reconhecer discrepâncias que ainda persistem em nossa sociedade. E, como forma de trazer a conversa ao público, o Banco do Brasil lançou o *videocast* *Vozes Negras*. São quatro episódios que convidam a sociedade ao diálogo e à reflexão sobre a importância do combate ao racismo e à desigualdade racial, dentro e fora da Instituição, e introduzem ações concretas do BB a esse respeito.
- **O BB participou, em novembro**, da quinta edição do Fórum Internacional de Equidade Racial Empresarial, realizado pela Iniciativa Empresarial pela Igualdade Racial. Refletindo sobre o tema “Mudanças Climáticas, Neoindustrialização, Inclusão e Diversidade”, o Fórum reuniu presidentes de grandes empresas, autoridades e personalidades do mundo corporativo e acadêmico para debater sobre o assunto. O evento teve como propósito principal a disseminação de boas práticas, a compreensão dos desafios e as tendências de mercado.

- **Nesse mesmo mês**, lançou o Protocolo Antidiscriminação, que padroniza e estabelece fluxos de atuação em casos de discriminação, promovendo acolhimento, incentivo à denúncia e gestão das consequências. Conhecendo o Protocolo, todas as pessoas que estiverem em qualquer um de nossos pontos de contato poderão saber, de forma simples, como proceder diante de atitudes com viés discriminatório.
- **Ainda em novembro**, o BB participou da Expo Favela Innovation, em Fortaleza (CE), a maior feira de inovação e empreendedorismo da América Latina, voltada para as periferias. O evento busca conectar empreendedores das favelas com grandes lideranças, personalidades e gestores públicos do Brasil. Atento a esse mercado e ao seu papel como agente na redução de desigualdades no país, o Banco do Brasil foi um dos patrocinadores do evento.
- **Em dezembro**, o BB assinou, durante a IV reunião plenária do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CDESS) no Palácio Itamaraty, em Brasília (DF), o Pacto pela Igualdade Racial. Além de apoiar e compor o grupo de trabalho que estruturou o Pacto, o Banco também compartilhou relatório com algumas de suas principais iniciativas dos últimos anos, implementadas ou em estruturação, que dialogam com essa pauta, com objetivo de inspirar outras empresas a se comprometerem na construção de ações concretas, que impactam de forma estruturante a vida da população negra e quilombola.
- **Nesse evento**, o Banco lançou o projeto **Faces Negras Importam**, uma ação que usa Inteligência Artificial para reconstruir rostos de personalidades negras que foram apagados da história, pela ausência de registro iconográfico. As personalidades que tiveram seus rostos reconstruídos por meio dessa tecnologia foram Luísa Mahin, Maria Felipa e Tereza de Benguela.





## Composição do quadro funcional por gênero 2024

Indicador de Diversidade	% (FTE)
Participação das mulheres na força de trabalho total (como % da força de trabalho total)	40,51
Participação de mulheres em todos os cargos de gestão, incluindo gestão júnior, média e sênior (como % do total de cargos de gestão)	37,32
Participação de mulheres em cargos de gestão júnior, ou seja, primeiro nível de gestão (como % do total de cargos de gestão júnior)	39,87
Participação de mulheres em cargos de alta gestão, ou seja, a no máximo dois níveis de distância do CEO ou cargos comparáveis (como % do total de cargos de alta gestão)	29,09
Participação de mulheres em cargos de gestão, em funções geradoras de receita (por exemplo, vendas) como % de todos esses gerentes (ou seja, excluindo funções de suporte, como RH, TI, Jurídico etc.)	37,66
Participação de mulheres em cargos relacionados ao STEM (como % do total de cargos STEM)	19,04

## Composição do quadro funcional por raça/etnia 2024

Composição com base em, especifique:	Participação na força de trabalho total (% da força de trabalho total) (FTE)	Participação em todos os cargos de gestão, incluindo júnior, pleno e sênior (% da força de trabalho de gestão total) (FTE)
Asiáticos	2,9	2,32
Pretos e pardos	26,52	26,28
Branco	70,4	71,26
Indígenas	0,17	0,14
Outro por favor, especifique: Não informados	0,01	-

## Composição do quadro funcional por outras minorias 2024

Indicador de Diversidade	% (FTE)	Cobertura % (FTE)
Pessoas com deficiência	3,06	100
LGBTQIAPN+	-	-
<b>Faixa etária</b>		
<30 anos	4,08	100
30-50 anos	71,34	100
>50 anos	24,58	100

Nota: números levantados com base em funcionários na situação Força de Trabalho Real em 31/12/2024.

Os avanços da estratégia de Diversidade, Equidade e Inclusão do Banco do Brasil podem ser conferidos nos principais indicadores da composição do quadro funcional, disponíveis no [Relatório Anual 2024](#).

## Nossas metas para a diversidade

**Meta Raça é Prioridade (até 2025):** 30% de pessoas negras, indígenas, quilombolas e demais grupos étnicos minoritários em cargos de liderança. Cargos considerados:

- 1º nível gerencial de todas as unidades.
- 2º nível gerencial de unidades estratégicas, táticas e de apoio.
- 3º nível gerencial de unidades estratégicas.

**Meta Elas Lideram 2030 (até 2025):** 30% de mulheres em posição de alta liderança. Cargos considerados:

- Presidente(a), vice-presidente(a) e diretor(a).
- Gerente geral de unidade estratégica.
- Gerente executivo(a) de gerência autônoma.
- Auditor(a) geral.

Meta de 30% de mulheres nas funções de STEM, sigla em inglês que significa *Science, Technology, Engineering, and Mathematics* (Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática, em português), até 2030.



# Saúde, segurança e bem-estar

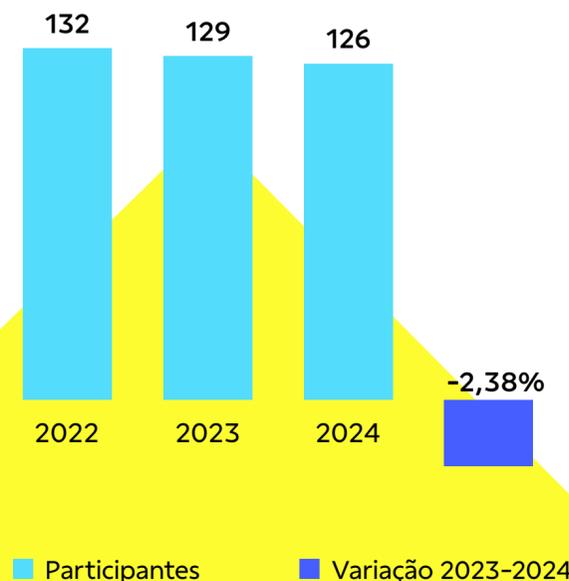
A promoção da saúde e segurança dos nossos funcionários é um pilar essencial na gestão de pessoas do Banco do Brasil. Nossa Política de Gestão de Pessoas estabelece diretrizes específicas para Saúde e Segurança no Trabalho (SST), implementadas por meio do Sistema de Gestão de Saúde e Segurança, com destaque para o Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), conforme os requisitos da Norma Regulamentadora 1 (NR 01).

Com o PGR, realizamos a identificação, avaliação e mitigação de riscos ocupacionais, considerando fatores ambientais, como riscos físicos, químicos, biológicos, ergonômicos e mecânicos. Essa abordagem nos permite classificar os riscos conforme sua frequência e gravidade, adotando medidas corretivas e preventivas de forma contínua.

A identificação de perigos no ambiente de trabalho ocorre por meio de visitas técnicas regulares a todas as unidades do Banco, embasadas em estudos prévios, dados de saúde ocupacional e na percepção dos funcionários sobre os riscos presentes. Os riscos identificados são analisados e classificados em diferentes níveis, conforme metodologia descrita no Relatório do PGR.

Além disso, promovemos ações contínuas de conscientização, capacitação e monitoramento da saúde ocupacional, garantindo um ambiente de trabalho seguro e saudável para todos. Essas iniciativas reforçam nosso compromisso com o bem-estar dos funcionários e contribuem para a construção de um ambiente organizacional sustentável e produtivo.

## Rede de Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (Sesmt)



Com o PGR, realizamos a identificação, avaliação e mitigação de riscos ocupacionais, considerando fatores como riscos físicos, químicos, biológicos, ergonômicos e mecânicos.





## Monitoramento de riscos

No Banco do Brasil, o monitoramento de riscos ocupacionais é conduzido de forma estruturada e contínua, com a atuação das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPA) e dos Responsáveis pela Prevenção de Acidentes (RPAs), em conjunto com a rede do Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT). Conforme a Norma Regulamentadora 5 (NR 5), unidades com até 80 funcionários contam com um RPA, enquanto aquelas com mais de 81 funcionários possuem uma CIPA, garantindo cobertura integral em todas as unidades de negócios.

Os RPAs e CIPAs são compostos por profissionais treinados e capacitados para atuar na prevenção de acidentes e doenças ocupacionais, sempre com o suporte do SESMT. Para garantir um ambiente seguro, as equipes realizam visitas técnicas anuais às unidades, identificando perigos e avaliando a mitigação de riscos ambientais, como os químicos, físicos, biológicos, ergonômicos e mecânicos. Nesses processos, são mensurados fatores como ruído, iluminação, umidade e temperatura, assegurando a implementação de ações corretivas ou preventivas quando necessário.

Os dados coletados são registrados em nosso Sistema de Gestão de Saúde e Segurança, possibilitando a formulação de planos de ação para eliminação ou redução de riscos

identificados. A execução dessas ações é acompanhada por profissionais de SST, que monitoram prazos e metas relacionadas a ajustes nos processos de trabalho, treinamentos e fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e Coletiva (EPCs). A priorização dos planos de ação é definida com base na gravidade e probabilidade do risco identificado, garantindo uma abordagem eficaz e focada na prevenção.

Nosso sistema de gestão adota o ciclo PDCA (*Plan, Do, Check, Act*), assegurando a melhoria contínua dos processos de segurança e permitindo que variáveis de controle sejam monitoradas e ajustadas continuamente. Desta forma, avaliamos periodicamente as ações executadas e identificamos oportunidades de aprimoramento.

### Análises ergonômicas e atendimento personalizado

Realizamos Análises Ergonômicas do Trabalho (AETs) e Análises Ergonômicas Preliminares (AEPs), focadas na adaptação dos postos de trabalho às necessidades dos funcionários, incluindo Pessoas com Deficiência (PcDs). Além disso, oferecemos uma consultoria ergonômica acessível a todos os funcionários, que pode ser acionada presencialmente ou por meio da nossa plataforma digital, permitindo avaliações personalizadas dos postos e processos de trabalho.

### Programa de Gerenciamento de Riscos

	2022	2023	2024
Avaliações de riscos ambientais realizadas	2.796	2.430	2.683
Inspeções de segurança realizadas	2.948	2.536	2.827
Análises ergonômicas realizadas	451	983	1.047
Consultorias ergonômicas	1.499	934	697

### Prevenção e resposta a emergências

Além da identificação e mitigação de riscos, nos preparamos para responder a emergências diversas, como assaltos, incêndios, inundações, desmoronamentos, pandemias, epidemias e surtos de doenças. Nossos Grupos de Resposta a Emergências (GRUAs) são compostos por funcionários treinados para atuar em situações críticas, conduzindo simulações regulares de evacuação predial, conforme os procedimentos definidos nos planos de emergência. Contamos também com brigadas de incêndio, estruturadas de acordo com a legislação vigente.

### Direito de recusa e comunicação de eventos adversos

O Banco do Brasil valoriza a segurança e a participação ativa de seus funcionários na identificação de situações de risco. Em conformidade com a Instrução Normativa 399, todos os funcionários têm direito de recusa, podendo interromper suas atividades

caso identifiquem riscos graves e iminentes à sua saúde ou de terceiros. Essas situações devem ser imediatamente comunicadas ao superior hierárquico, que tomará as medidas necessárias para eliminar os riscos.

As comunicações de eventos adversos são registradas no nosso sistema de gestão, permitindo ao SESMT conduzir investigações detalhadas sobre incidentes e acidentes de trabalho. A partir dessas análises, emitimos a Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT), quando aplicável, e monitoramos a frequência e gravidade dos eventos, visando mitigar riscos e implementar ações preventivas para evitar ocorrências.



## Prevenção de riscos

Em 2024, promovemos treinamentos específicos em Saúde e Segurança no Trabalho (SST), abrangendo temas como riscos ocupacionais e psicossociais, legislação trabalhista e previdenciária, assédio, ergonomia, qualidade de vida e saúde mental.

A Trilha Saúde Mental, disponível no Portal UniBB, é uma das nossas principais iniciativas, destinada a promover práticas saudáveis e a melhorar o bem-estar integral dos funcionários. Este programa oferece conteúdos educativos abrangentes sobre inteligência emocional, dependência digital e de substâncias, felicidade no trabalho, nutrição, sobrepeso e obesidade, riscos cardiovasculares, estresse, qualidade do sono, *burnout*, gestão do tempo, conflitos, resiliência, organização do trabalho, ergonomia, entre outros. A Trilha Saúde Mental não é apenas uma fonte de informação, mas um convite para transformar a vida dos funcionários e alcançar um equilíbrio saudável.

Para ampliar o acesso às informações de SST, disponibilizamos o Portal de Saúde e Segurança, que centraliza conteúdos relevantes e oferece um canal direto para o registro de acidentes, incidentes, não conformidades e sugestões. Além disso, os funcionários podem contribuir ativamente para a melhoria do Sistema de Gestão de SST por meio da ferramenta Fale com a Gepes.

Complementando essas iniciativas, contamos com um *chatbot* de SST, acessível via WhatsApp, que fornece informações rápidas e precisas sobre saúde e segurança no trabalho. Questões mais complexas são encaminhadas aos profissionais do Sesmt, para atendimento especializado. Incentivamos, ainda, a participação dos funcionários por meio da Agência de Notícias do Banco do Brasil, para a qual podem enviar sugestões e comentários, que são analisados pelas áreas responsáveis.

## Monitoramento da saúde ocupacional

Para a prevenção e redução de problemas de saúde, contamos com o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), que realiza exames ocupacionais em diferentes momentos da jornada do funcionário, como admissional, periódico e de retorno ao trabalho. Os resultados desses exames contribuem para identificar o perfil epidemiológico dos colaboradores e embasar ações preventivas.

Entre as iniciativas de saúde preventiva, promovemos anualmente a campanha de vacinação contra influenza, gratuita para funcionários e menores aprendizes, com meta de cobertura de 66% do público-alvo.

Além disso, realizamos o Exame Periódico de Saúde (EPS), que rastreia problemas ocupacionais e outras condições de saúde comuns, como depressão, estresse e fatores de risco cardiovascular, analisando indicadores como Índice de Massa Corporal (IMC) e nível de sedentarismo. Nossa meta de adesão ao EPS é de 95%. Os gestores também têm a opção de realizar *check-ups* de saúde voluntários, abrangendo exames complementares personalizados por gênero e faixa etária.

Os dados coletados nos exames ocupacionais são analisados pelos profissionais de SST, subsidiando o planejamento de ações voltadas à melhoria da qualidade de vida no trabalho, com medidas preventivas direcionadas para as principais causas de afastamento.

Nossa meta de adesão ao Exame Periódico de Saúde (EPS) é de

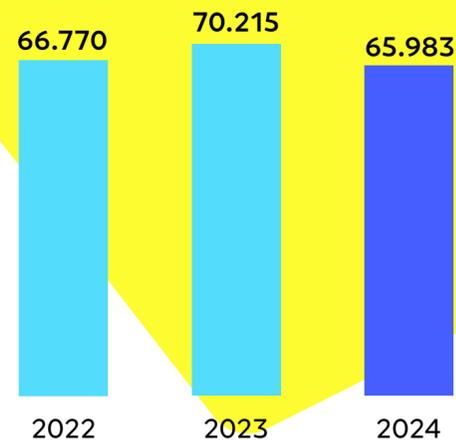
95%

Nossa meta de cobertura da campanha de vacinação contra influenza é de

66%

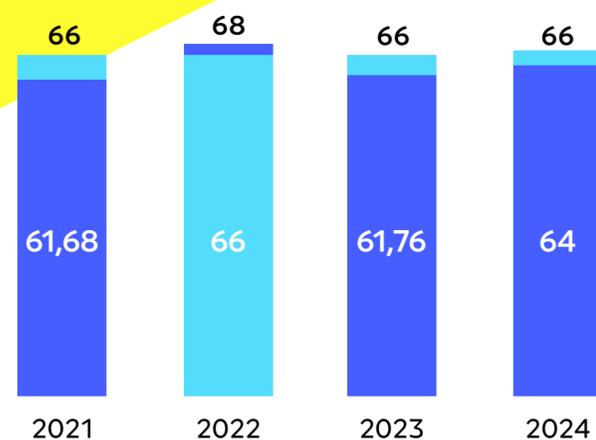


### Capacitação para prevenção de riscos relacionados ao trabalho e à saúde ocupacional



Treinamento em Saúde e segurança no trabalho

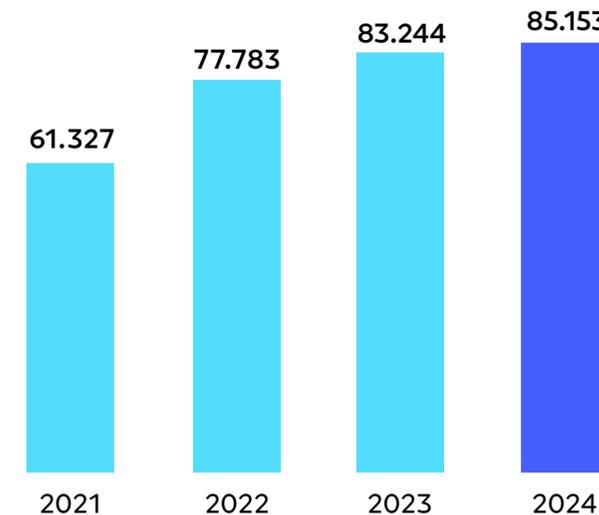
### Vacinação contra a gripe



Meta (%) % de imunizados

<sup>1</sup> Em 2022, é possível que as campanhas sobre a vacinação contra Covid-19 tenham influenciado os resultados positivos. Em 2023, houve ampliação do Programa Nacional de Imunização, possibilitando que toda a população fosse vacinada na rede pública, o que pode ter influenciado o resultado da Campanha de Vacinação do Banco. Para 2024, mantivemos a meta estabelecida uma vez que é um benefício voluntário.

### Exame Periódico de Saúde (EPS)<sup>1</sup>



Em 2024, tivemos o aumento do percentual de realização do Exame Periódico de Saúde (EPS) em 2,2% em relação a 2023.

<sup>1</sup> O número de EPS realizados vem aumentando, demonstrando o retorno à normalidade pós-pandemia.

### Saúde e segurança de fornecedores

Em relação aos fornecedores, asseguramos a conformidade com os critérios SST por meio de cláusulas contratuais específicas, que exigem o cumprimento da legislação vigente. Essas cláusulas incluem obrigações relacionadas ao treinamento em riscos ocupacionais, fornecimento de EPI e apresentação de documentação trabalhista adequada.

Além disso, esse compromisso garante que os fornecedores adotem práticas seguras e alinhadas às diretrizes do Banco.



# Inclusão financeira

## Produtos e Serviços

### Pix

O Pix é um meio de pagamento instantâneo, lançado em 2020, em que os recursos são transferidos entre contas em poucos segundos, a qualquer hora ou dia. É prático, rápido e seguro. O Pix pode ser realizado a partir de uma conta corrente, conta poupança ou conta de pagamento pré-paga. Os avanços promovidos pelo Pix vão além da agilidade e praticidade dos pagamentos e transferências instantâneas.

Oferecendo transações em tempo real, para qualquer instituição participante do arranjo, sem custo para clientes Pessoa Física (PF), o meio de pagamento foi responsável pela inclusão financeira de milhões de brasileiros que eram desbancarizados. A solução atraiu pessoas de todos os perfis e regiões, do interior e das cidades, alfabetizados ou não, jovens e idosos, pessoas que antes mantinham recursos em casa para o pagamento de pequenas despesas, contas e dívidas.

Com a grande aceitação do Pix, houve uma redução do dinheiro em espécie em circulação, reduzindo custos com a impressão de cédulas e moedas e disponibilização de numerário. Dados do Bacen confirmam a adesão maciça da população ao Pix, incluindo ambulantes, desempregados e moradores de rua, que aderiram ao QR Code Pix impresso ou à chave Pix para receber doações ou pagamentos. Todos os usuários da ferramenta dispõem de um celular com acesso à internet e, mesmo sem renda comprovada, foram capazes de se inserir no mercado financeiro, o que demonstra a democratização do acesso aos serviços bancários.

No Banco do Brasil, ao final de 2024, eram 25 milhões de clientes Pessoas Físicas (PF) com cerca de 30 milhões de chaves Pix cadastradas. Foram registradas 6,7 bilhões de transações Pix enviadas e recebidas, alcançando um valor transacionado superior a R\$ 5,3 trilhões.

### BB Crédito Acessibilidade

Já o BB Crédito Acessibilidade é uma linha para a aquisição de itens de Tecnologia Assistiva, visando à qualidade de vida e à inclusão social das pessoas com deficiência. Tem condições diferenciadas de juros, que variam de 6% a 7,5% ao ano. O público alvo é de correntistas PF com renda mensal bruta de até dez salários-mínimos. Em 2024, desembolsamos R\$ 78,8 milhões em 6,2 mil operações contratadas, beneficiando 6,1 mil clientes. Desde a criação desse instrumento, regulamentado pelo governo federal em 2012, o investimento já soma R\$ 1,03 bilhão, impactando positivamente a vida de aproximadamente 118 mil pessoas em todo o país.

### Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)

O Pronaf, que conta com suporte de equipes capacitadas em crédito rural, especialistas em investimentos e engenheiros agrônomos, é voltado a mini e pequenos produtores rurais, promovendo geração de renda e fortalecendo as atividades desenvolvidas pelo produtor familiar. Em 2024, no âmbito do Pronaf, aproximadamente 202 mil agricultores familiares foram atendidos, com um total de R\$ 24,3 bilhões e cerca de 339 mil operações, com participação em 38% das contratações do mercado em operações de custeio, investimento e industrialização. Os negócios atingiram 86% dos municípios brasileiros, o que demonstra a abrangência do programa.



## Projetos de apoio não financeiro

O Banco do Brasil, por meio da Fundação BB, apoia projetos de inclusão financeira em caráter não financeiro para grupos vulneráveis, os quais são selecionados a partir de diagnósticos e/ou avaliações socioeconômicas e ambientais, realizadas nos territórios de regiões desfavorecidas.

Em 2024, destacamos:

### Sanear Marajó

Oferecendo assistência técnica para as comunidades tradicionais no Pará, o projeto Sanear - Marajó Socioambiental: Inclusão Socioprodutiva por meio da Estruturação da Cadeia Produtiva do Açaí, desenvolvido pela FBB em parceria com o BNDES, visa promover a inclusão socioprodutiva e melhoria de qualidade de vida de comunidades agroextrativistas, contribuindo com a estruturação da cadeia produtiva do açaí e implantação de tecnologias sociais de acesso à água para consumo humano, produção de alimentos e inclusão social e produtiva na Amazônia.

A partir de um diagnóstico socioeconômico e ambiental (Marco Zero) realizado na região do arquipélago de Marajó, composta por 16 municípios, em que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) médio é 0,63, um dos mais baixos do país, com quase a totalidade das pessoas vivendo em situação de extrema pobreza,

foram destacados os seguintes problemas/desafios: Carência de saneamento básico e escassez de água de qualidade; padrões de exploração do agroextrativismo na cadeia do açaí inadequados e exploratórios; agricultores/extrativistas atuando de forma desorganizada, com baixa capacidade técnica e gestão dos negócios.

As ações implementadas já vêm apresentando resultados concretos desde 2023. Nesse ano, foram instalados quintais agroflorestais em três comunidades, totalizando o plantio de mais de 42.000 mudas, distribuídas em 30 hectares. A implantação contou com o apoio técnico do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da Universidade de São Paulo e com a participação ativa de 78 famílias, que se organizaram em mutirões para o plantio de mudas de açaizeiro (*Euterpe oleracea* Mart.), em consórcio com outras 27 espécies agroflorestais nativas do Marajó das Florestas. Além disso, 90 pessoas participaram de processos de formação continuada, abordando temas como restauração ecológica e ambiental, quintais produtivos, gênero e sustentabilidade, além da gestão de empreendimentos comunitários com foco em habilidades administrativas e financeiras.

Em 2024, as ações foram ampliadas. Foram implantados e revitalizados quintais produtivos em quatro comunidades do arquipélago do Marajó (PA), com o plantio de 68.333 mudas e



**A instalação de quintais agroflorestais, desde 2023, envolveu ativamente 78 famílias e promoveu a diversidade por meio do plantio de 27 espécies agroflorestais nativas.**



a instalação de viveiros comunitários, sob orientação técnica do IEB. A mobilização envolveu diretamente 294 famílias. Assim como no ano anterior, os mutirões de plantio incluíram mudas de açazeiro em consórcio com as mesmas 27 espécies nativas.

Outro destaque de 2024 foi a capacitação de 90 agentes multiplicadores nas tecnologias sociais “Cozinhas Extrativistas” e “Sanear”. Foram oferecidas 128 horas de formação continuada, com foco em restauração ecológica e ambiental, manejo de recursos naturais, gênero e sustentabilidade, e gestão de empreendimentos comunitários. No eixo de saneamento, foram concluídas 91 unidades individuais da Tecnologia Social Sanear — que contempla captação de água pluvial e instalação de banheiros residenciais —, além de duas unidades coletivas de captação e tratamento de água e uma unidade da Cozinha Extrativista.

## Conexão Jovem Mercado

Outro projeto, o Conexão Jovem Mercado, tem como objetivo preparar jovens de 14 a 17 anos em situação de vulnerabilidade social para a vida adulta e sua inserção no mundo do trabalho. São três linhas de atuação: desenvolver competências socioemocionais e cognitivas, básicas para a vida e o mundo do trabalho; integrar tecnologias digitais no contexto pedagógico de ensino-aprendizagem; e desenvolver capacidades técnicas básicas para a inserção no mundo do trabalho.

A pesquisa mais recente do IBGE, em 2021, concluiu que o país tem 14,8 milhões de desempregados, o que representa 14,7% da população economicamente ativa. Mas esse índice é ainda maior entre os mais jovens. Na faixa etária de 14 a 17 anos, 46% estão em busca de trabalho. E, de 18 a 24 anos, o desemprego afeta 31% das pessoas. A avaliação de Marco Zero do projeto foi realizada por pesquisa censitária com os participantes, o que apresentou o perfil socioeconômico das famílias dos jovens. Alguns indicadores demonstram a vulnerabilidade dessas famílias, tais como: a fonte/média da renda familiar, escolaridade, local de moradia, entre outros.

Em 2023, a Fundação BB investiu R\$ 2,23 milhões em cinco convênios firmados com entidades de diferentes estados brasileiros. Em 2024, foram investidos mais R\$ 640 mil, totalizando R\$ 2,87 milhões, com a formação de 472 jovens.



### Projeto Conexão Jovem Mercado

- **472 jovens** capacitados;
- **Miniempresa** (aulas sobre empreendedorismo com habilidades administrativas e finanças) + **Webinars**;
- **Temas das capacitações:** Formação para a Vida; Mundo do Trabalho; e Tecnologia e Inovação.

Além disso, **201 jovens foram contratados**, sendo **180 por meio do Programa de Aprendizagem**, com média de salário de **R\$ 660** e **contrato de 18 meses**. A inserção no mundo do trabalho acontece em média **79 dias após a conclusão das capacitações**.



## Projeto Ubuntu

O projeto tem como missão construir uma rede de acolhimento, fortalecimento e formação voltada para mulheres e grupos minorizados das periferias, com foco na empregabilidade e geração de renda. Para isso, a principal estratégia é promover encontros formativos que ofereçam não apenas capacitação, mas também toda a estrutura necessária para que mães possam participar com tranquilidade — com alimentação, recreação infantil, oficinas para crianças, orientações sobre direitos e saúde, além de auxílio alimentação em forma de cestas básicas ou cartões.

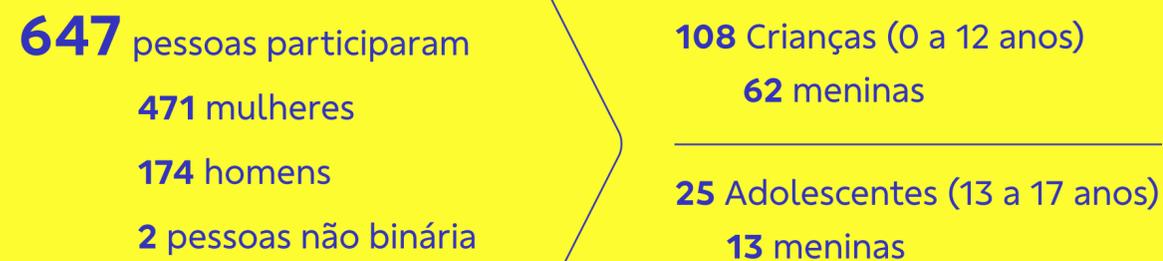
O Projeto Ubuntu atende mulheres periféricas de São Paulo, especialmente da região da Brasilândia, marcada por altos índices de desemprego formal, baixa renda, moradia precária e significativa presença de jovens, muitas delas mães adolescentes. Essa área é caracterizada por grande desigualdade social e violência de gênero, tornando essencial a criação de iniciativas que promovam empregabilidade e apoio social. Somente em

2021, em razão da pandemia da Covid-19, quase 54 mil crianças nasceram sem pai reconhecido no registro de nascimento. Esta é uma realidade frequente para mulheres periféricas, sobretudo negras. Além disso, a crise econômica, acompanhada da inflação e altas taxas de desemprego, alcança primeiro mulheres periféricas que precisam se organizar para empreender, muitas vezes sem apoio, para garantir a comida no prato.

Serão realizados seis encontros, pensados para atender dois perfis de mulheres: aquelas que conseguirão completar todo o ciclo formativo e desenvolver planos de negócio com potencial de fomento, e aquelas que, por diferentes motivos, participarão de forma pontual. Cada aula é planejada para ser completa em si mesma, garantindo que mesmo participações esporádicas resultem em aprendizado e certificação. Ainda assim, o grande objetivo é incentivar a permanência ao longo dos seis encontros, com pelo menos 75% de presença.

Além da formação, o projeto já apresenta resultados expressivos:

### Participação



mais de 30 bairros e vilas alcançadas

### Atividades realizadas

- Encontros formativos voltados ao empreendedorismo: **175 pessoas.**
- Oficinas socioambientais e acolhimento nas formações para o empreendedorismo: **574 participantes.**
- Ciclos de formação presencial e mentorias online: **54 mulheres pequenas empreendedoras.**
- Oficinas infantis e atendimentos pedagógico: **60 crianças.**
- Fomento aos pequenos negócios: doação de equipamentos ou contratação de serviços: **18 pequenos negócios.**



## Empoderamento Socioeconômico das Mulheres Negras

Em 2024, lançamos o Edital de Seleção Pública nº 2023/012 – Empoderamento Socioeconômico das Mulheres Negras, com um investimento inicial de R\$ 12 milhões. O edital teve como objetivo selecionar projetos voltados para a inclusão produtiva e o fortalecimento econômico de mulheres negras, bem como apoiar organizações e coletivos liderados por pelo menos 50% de mulheres negras.

Foram recebidas 406 propostas, das quais 90 foram habilitadas. Diante da grande demanda e do impacto positivo esperado, a Fundação BB decidiu ampliar os investimentos em até R\$ 10 milhões adicionais, podendo totalizar até R\$ 22 milhões. Com esse aporte, estima-se que até 11 mil mulheres serão beneficiadas diretamente, contribuindo para a redução da desigualdade social e a promoção da autonomia financeira de mulheres quilombolas, extrativistas, agricultoras familiares, costureiras e marisqueiras, entre outras.

## Programa Diogo de Sant’Ana Pró-Catadoras e Novo Cataforte

Em 2024, retomamos o apoio a iniciativas lideradas por associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis com a abertura do edital Novo Cataforte. Em parceria com a Secretaria-Geral da Presidência da República e o Comitê Interministerial para Inclusão Socioeconômica de Catadoras e Catadores de Materiais Reutilizáveis (CIISC), formalizamos a adesão ao Programa Diogo de Sant’Ana Pró-Catadoras e Pró-Catadores para a Reciclagem Popular.

O edital recebeu 93 inscrições de empreendimentos e redes, das quais 34 organizações foram habilitadas, com uma média de 71 cooperados por entidade. O investimento total, proveniente da Fundação BB e do BNDES, será de R\$ 50 milhões, promovendo melhorias estruturais, fortalecimento da cadeia da reciclagem e inclusão socioeconômica de milhares de trabalhadores do setor.

Com a ampliação do investimento da Fundação BB em até R\$ 10 milhões adicionais, estima-se que até 11 mil mulheres sejam beneficiadas diretamente.





# Direitos Humanos

O Banco do Brasil se compromete formalmente com o respeito aos Direitos Humanos, por meio do documento Compromisso BB com os Direitos Humanos. Em toda a nossa estrutura, desde o nível mais básico do corpo funcional até a alta administração, temos a orientação e processos/procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e mitigar os impactos e os riscos a que estamos expostos. Por meio do gerenciamento de Riscos Social, Ambiental e Climático (RSAC) o Banco realiza revisões periódicas e sistemáticas dos riscos, incluindo os aspectos de direitos humanos, com vistas a reduzi-los no curto, médio e longo prazos. O gerenciamento dos riscos orienta-se pelo Modelo Referencial de Linhas de Defesa (MRLD) (veja mais detalhes no Relatório Anual 2024, p. 181 e 186) e é realizado com base em boas práticas de mercado, conforme as normas de supervisão e de regulação bancária. Por este modelo, as atividades de gestão dos riscos mapeados e dos controles necessários à sua mitigação são realizadas em todos os níveis da organização.

No que tange à cadeia de fornecedores, o processo de gestão de riscos socioambientais contínuo e sistemático ocorre desde a contratação e durante todo o ciclo de relacionamento com o Banco. Nossos critérios de seleção e contratação contemplam a responsabilidade socioambiental e registram o compromisso dos fornecedores com práticas de preservação ambiental, equidade, desenvolvimento social, bem como com o cumprimento das legislações

trabalhista e previdenciária e o combate à corrupção. Essas prerrogativas incluem, ainda, o direito de exercer liberdade de associação e negociação coletiva por parte de funcionários dos fornecedores. Um fiscal de contrato, um fiscal de serviço e a Ouvidoria Interna são colocados à disposição dos trabalhadores de empresas contratadas para que eles registrem eventuais reclamações relacionadas aos seus contratos de trabalho.

Adicionalmente, dispomos de um processo de *Due Diligence* Integrada (avaliação anual e pós-contratação), que contempla as dimensões Ambiental, Social (Direitos Humanos) e Integridade. O mecanismo de *Due Diligence* em Direitos Humanos aplicado aos fornecedores de forma sistemática com revisão anual é um dos eixos contidos no gerenciamento de risco multidimensional de fornecedores BB, sendo que os aspectos observados são: trabalho forçado ou compulsório e/ou trabalho infantil; assédio moral ou sexual e/ou discriminação; discriminação em matéria de emprego e ocupação; satisfação dos funcionários; respeito à livre associação sindical e direito à negociação coletiva; melhoria da qualidade de vida dos funcionários; relacionamento com a comunidade local visando seu desenvolvimento; fatores de diversidade como gênero, cor, etnia, orientação sexual, país de origem ou nacionalidade; empregabilidade de pessoas com deficiência etc.

Dispomos de um processo de *Due Diligence* Integrado que abrange as dimensões Ambiental, Social (Direitos Humanos) e Integridade.



Nos últimos três anos, em relação ao trabalho infantil e análogo ao escravo, não foram identificados riscos significativos ou recebidas denúncias ou reclamações na Ouvidoria. Em 2024, foram concluídos 57 processos sancionatórios a fornecedores por descumprimentos trabalhistas, de um total de 13.553 contratos vigentes, o que representa uma taxa de 0,42% de descumprimento contratual. Foram adotadas medidas de mitigação ou remediação em 100% dos casos: 40,40% multas, 7% advertência e 52,60% suspensão ou impedimento de licitar/contratar com o Banco. Além disso, o Regulamento de Licitações e Contratos do Banco do Brasil – RLBB, em seu artigo 9º, regra condições a serem seguidas pelos contratados de modo a mitigar riscos de direitos humanos. ([www.bb.com.br/rlbb](http://www.bb.com.br/rlbb))

Para os fornecedores identificados com risco elevado em qualquer das dimensões avaliadas — Ambiental, Direitos Humanos e Integridade —, foram realizados feedbacks com orientações e recomendações de aprimoramento dos processos e gestão relacionados aos temas avaliados. Disponibilizamos cursos e fontes de consultas com temáticas que visam disseminar as diretrizes do Código de Ética do BB, além de termos realizado encontros com alguns fornecedores para conscientização da importância de implementar medidas ASG em suas operações e na gestão organizacional.

Cabe destacar que o Banco não contrata empresas que utilizam trabalho forçado ou compulsório e/ou trabalho infantil, faz fiscalização da prestação dos serviços em suas dependências e unidades e sanciona os fornecedores que cometem essa ilegalidade, via processo administrativo que prevê a aplicação de punição administrativa ou, em último caso, rescisão unilateral.

Em novas relações comerciais – tais como: fusões, aquisições, joint ventures, etc – seguimos os que está estabelecido na Política Específica de Participações Societárias, com itens específicos sobre não realizar investimentos, incorporações, cisões e fusões ou parcerias societárias com terceiros que desrespeitem os direitos humanos (ou seja, submeta trabalhadores a formas degradantes de trabalho ou a condições análogas a de escravo; pratique exploração sexual de menores; pratique exploração de mão-de-obra infantil).

Ademais, o BB possui metodologia robusta e sedimentada para realizar o Processo de Supervisão das Entidades Ligadas ao Banco do Brasil (ELBB), permitindo a avaliação do Sistema de Governança, Riscos e Controle (SGRC) das entidades ligadas de maior relevância para o conglomerado.

O Ciclo de Supervisão bienal 2022/2023, com a avaliação do SGRC de 51 ELBB incluiu a avaliação dos aspectos de Direitos Humanos para 100% dessas entidades. De acordo com as análises realizadas foram identificados riscos em 7 ELBBs (13,7%) e todas as empresas receberam orientações de aprimoramento para mitigação da fragilidade identificada, visando o aperfeiçoamento do tema Direitos Humanos em tais empresas.

Em 2024, teve início o novo cronograma do Ciclo de Supervisão 2024/2025, com as atividades iniciadas no segundo semestre do ano, com a avaliação das 8 ELBBs integrantes do Conglomerado Prudencial (CP), entidades já avaliadas no ciclo anterior. Após a aplicação do questionário ASG – Direitos Humanos, não foram identificados pontos relevantes de aprimoramento, motivo pelo qual não houve emissão de orientações nesse sentido.

**Nos últimos três anos, não foram identificados riscos significativos ou recebidas denúncias ou reclamações relacionadas ao trabalho infantil e análogo ao escravo na Ouvidoria. Isso demonstra um compromisso eficaz e contínuo do Banco do Brasil com a proteção dos direitos humanos e a promoção de práticas de trabalho éticas e legais.**

